



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

NATALI CHAVES MOTA

**POESIA SLAM: CORPO E POESIA PARA A INTERAÇÃO
DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

NATALI CHAVES MOTA

**POESIA SLAM: CORPO E POESIA PARA A INTERAÇÃO
DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lílian Paula Serra e Deus.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M871p

Mota, Natali Chaves.

Poesia slam : corpo e poesia para a interação do conhecimento no espaço escolar / Natali Chaves Mota. - 2022.

61 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lílian Paula Serra e Deus.

1. Campeonatos de poesia falada. 2. Poesia - Aspectos sociais. 3. Poesia brasileira.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 869.09

NATALI CHAVES MOTA

**POESIA SLAM: CORPO E POESIA PARA A INTERAÇÃO
DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR**

Trabalho para Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Aprovado em 24/01/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a LÍlian Paula Serra e Deus (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a MÍrian Sumica Carneiro Reis

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Denilson Lima Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a força desse mundo material e também do mundo imaterial:

As forças espirituais, Deus, Deuses e Deusas, Orixás, os quais tem me dado forças cósmicas para ultrapassar as barreiras da desigualdade e, assim, encontrar prazer na academia e no espaço de produção intelectual.

A minha vó Maria Auxiliadora, que agora no orum, tem auxiliado no equilíbrio do meu ori.

A minha mãe, que nunca me desamparou nessa corrida para realizar o meu sonho de ser professora. A mulher que, com muito amor, nunca duvidou da minha capacidade e nem um momento abandonou-me nas tensões, nas dores e inconstâncias da minha vida humana e espiritual.

Ao meu pai, o homem que me originou e nos muitos apertos sempre tinha uma mão generoso, amorosa e amiga para me auxiliar.

A minha vó Laura, mulher guerreira e de fibra. Por todas as mensagens, cheiros, abraços e sorrisos esperançosos que me destes.

Aos meus professores do ensino fundamental II, Marcos e Daniela. Por terem acreditado e apostado em mim. Por sempre me verem como uma grande intelectual. Sem vocês, eu não estaria na universidade.

Aos meus amigos, Rafael Martins, Mara Santos, Hugo Ferraz, Leila Abade, dentre outros que me deram força antes e após a graduação.

A esse grande coletivo que é o Slam, comprometido com as causas do povo negro, principalmente das mulheres negras em tempos de penúrias política, ideológica e humana. Slam é resistência e luta!

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Lílian Paula Serra e Deus, a qual tem me auxiliado nessa grande escrita intelectual e que, literalmente, não soltou a minha mão desde o TCC I.

Desejo

**Esse meu desejo é uma vontade coletiva
Muitas vezes representada, poucas vezes representativa
Trata-se de uma liberdade intelectual
Que foi com o tempo subtraída
É que eu quero ser preta
Preta de mente, corpo, alma e política!**

Natali C. Mota

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a *Poesia Slam* de autoria feminina negra enquanto arte literária insurgente desafiada pela hegemonia do campo literário e marginalizada no espaço escolar. Há, portanto, um breve estudo da estruturação e institucionalização do racismo e machismo em solo brasileiro para demonstrar como a produção feminina negra ao longo da história foi silenciada, quando não inferiorizada. Como objetivo de refletir sobre o campo literário brasileiro junto ao slam, pensou-se o conceito de *escrevivência*, de Conceição Evaristo e a importância dos *Cadernos Negros* para o diálogo. Apresenta-se um olhar mais crítico para as diretrizes educacionais e à escola, em especial a pública, objetivando entender quais os desafios que impedem/dificultam o ensino/trabalho da poesia slam na sala de aula. Vistos os desafios, apresenta-se estratégias, tal como uma sequência didática com a temática *Poesia Slam* e literatura afro-brasileira para incentivar o trabalho pedagógico antirracista e antissexista. Além disso, preconiza-se análises da *Poesia Slam* para demonstrar o seu caráter revolucionário e contestador.

Palavras-chave: Campeonatos de poesia falada. Poesia - Aspectos sociais. Poesia brasileira.

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on slam poetry by black women authorship, as an insurgent literary art challenged by the hegemony of the literary field and marginalized in the school space. There is, therefore, a brief study of the structuralization and institutionalization of racism and machismo in Brazilian soil to explain how the black female intellectuality throughout history has been silenced, when not inferiorized. Also resignify concepts of literature, intellectuality, and poetry, bringing together with the slam the writing of Conceição Evaristo and the writings of Caderno Negro for dialogue. A more critical look at the educational guidelines and the school, especially the public school, aiming to understand what challenges prevent teaching slam poetry in the classroom. Having seen the challenges, strategies are presented, such as a didactic sequence with the slam poetry and Afro-Brazilian literature themes to encourage anti-racist and anti-sexist pedagogical work. In addition, an analysis of slam poetry is proposed to attest its revolutionary and contesting character.

Keywords: Brazilian poetry. Poetry - Social aspects. Spoken Poetry Championships.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	AS BARREIRAS SOCIAIS VS. EMBATES FEMININOS	15
2.1	O MACHISMO ESTRUTURAL	20
2.1.1	O racismo estrutural	23
2.1.2	A interseccionalidade	32
3	BREVE HISTÓRIA DO GÊNERO SLAM NO BRASIL	34
3.1	A TRADICIONALIDADE DO CAMPO LITERÁRIO VS. POESIA SLAM	36
3.2	O SLAM COMO DISPUTA DE ESPAÇOS: A RESISTÊNCIA FEMININA NEGRA	37
4	BNCC VS. LEIS 10.639/03 E 11.645/08	39
4.1	A POESIA SLAM E A LEI 10639/03	42
5	O SLAM NA MINHA PRÁTICA DOCENTE	46
5.1	UM BREVE RELATO DAS MINHAS EXPERIÊNCIAS COM O SLAM EM ESCOLA PÚBLICA, ENQUANTO DOCENTE DE LITERATURA E LÍNGUA PORTUGUESA	46
5.2	COMO ENSINAR POESIA SLAM NA SALA DE AULA?	48
5.3	ANÁLISE DA POESIA SLAM “RAP É POEMA TAMBÉM”, DE LAURA CONCEIÇÃO	49
6	CONCLUSÃO	56
	Referências	59

1 INTRODUÇÃO

[...]
 Olha eu aqui rimando comemorando
 Sendo voz pra mulheres pretas de todos os cantos
 Meu pranto soprando as rimas esmagando
 Rap fazendo história
 As loucas revolucionando
 Sendo voz pra tantas vítimas
 Almas pretas
 Violência é nítida
 Coletividade é importante
 Promessa é dívida
 Ativista sobreviva resista!
 Nossa história continua nos olhares das crias
 [...]
 (MOTA, Natali. Não publicado).

Como discorre Grada Kilomba (2019), escrever implica uma ação política, mas escrever em primeira pessoa é um ato duplamente político. Em alguns momentos desse trabalho há uma intenção política de assumir a linguagem em primeira pessoa, trazendo para o centro do debate minha identidade, este Eu-negra-poeta-docente, que mesmo constrangida pelas interferências do mundo, desenvolve um trabalho coletivo e significativo em escolas públicas, fortalecendo a luta do movimento negro, enfatizando a importância da *Poesia Slam* e apontando caminhos possíveis de diálogo. Concomitantemente, atrevo-me a subverter tradicionais formas de produção científica, adotando como projeto de escrita a escrevivência, a epistemologia feminina negra.

A sociedade brasileira é atravessada por violências como o racismo e machismo estruturais. A literatura por vezes, quando se fecha para novas vozes sociais, reforça e propaga essas violências, desencadeando um sentimento de hostilidade contra as margens sociais, como, por exemplo, a poetisa negra. Eu, enquanto mulher, negra, poetisa e slammer, reconheço, hoje, o meu potencial artístico. Quando me apresento em eventos de caráter literário ou não, também desejo ser reconhecida pelo outro como tal. Mas o que ocorre é que muitas pessoas têm uma imagem equivocada sobre a autoria feminina negra e usam de parâmetros desiguais para definir essa produção literária. Muitas vezes, elas não conseguem valorizar as expressões artísticas de mulheres negras, porque nunca as estudaram nas escolas e nem as viram ser abraçadas pela crítica literária. Assim, nós, mulheres negras da literatura periférica, de quando em quando somos chamadas para eventos somente depois que outras opções já se esgotaram. Quase nunca se interessam pelas nossas histórias de vida – nossos enfrentamentos mediante ao machismo, sexismo, racismo e homofobia – violências difundidas na nossa sociedade e também

reproduzidas em alguns momentos na literatura. Não há muito interesse, na grande maioria dos espaços, em enfatizar a importância da nossa arte. Também, somos por vezes ofuscadas, silenciadas por vozes masculinas, brancas, heterossexuais, as quais já têm seu espaço legitimado. Recebemos esse tratamento porque a sociedade e o campo literário tradicionalmente silenciam a atuação de mulheres negras no desenvolvimento intelectual brasileiro.

Outro desafio que lidamos diariamente é a legitimidade. É naturalizado, em sociedades estratificadas como a nossa, que a arte de mulheres negras e periféricas seja desvalorizada. Muito do que escrevemos não está publicado devido esta desvalorização. Por consequência disso, somos afastadas do reconhecimento, da credibilidade intelectual e dos espaços onde nossa presença e crítica deveriam ser ouvidas e refletidas. A escola pública, por exemplo, não dialoga nossas histórias. Como licencianda em Letras – Língua Portuguesa, fiz uma oficina de *Poesia Slam* na escola pública Frei Eliseu Eismann, em São Francisco do Conde, Bahia. E nenhum dos alunos, incluindo a professora, conheciam o gênero Slam, que dirá as slammers. Apesar dos alunos não conhecerem o gênero, eles tiveram empatia pelo que estava sendo discutido: vozes e corpos femininos expressando arte de confronto. Com efeito, tal situação coloca-nos em dúvida sobre a efetiva implementação no âmbito escolar do que diz a Lei 10.639/2003, que trata sobre inserção do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” nos currículos escolares. Outrossim, o público adverso/omisso ao qual me refiro é misto, ou seja, formado por homens e mulheres negras (os) e brancos (as), de diferentes idades e situações socioeconômicas. Segundo hooks (1995, p.464), onde há práticas políticas progressistas, é fácil negar em todas as camadas sociais a capacidade erudita de revolucionar. A cultura capitalista tem intencionalmente esquecido dos outros campos de saberes importantes para o desenvolvimento humano. Tendo em vista esses aspectos, nessa atual dinâmica social, refletir sobre a vida e o mundo parece não ser tão importante quanto criar robôs e desenvolver curas para combater agentes biológicos. Portanto, para algumas pessoas, o trabalho do intelectual se tornou uma ação que não produz resultados “imediatos”. Se as autoras negras são, por vezes, tratadas com hostilidade em eventos, por que aceitam participar desses acontecimentos? Embora estejamos enquadradas por diversas depreciações, o sentimento que temos pela arte literária motiva-nos a continuar a proclamá-la. Além disso, levar nossas construções para sítios avessos a elas é uma tentativa de ampliar o debate sobre os enfrentamentos femininos negros e de também nos anunciar como experientes e denunciantes das violências que nos omitem. Desse modo, se realmente há interesse em mudar o quadro

desigual no qual se encontra o nosso país, as oportunidades de ser voz e vez em lugares “inapropriados” devem ser abraçadas pelo coletivo de escritoras negras, mesmo que essa estratégia seja desafiadora e/ou perigosa para nós. No entanto, ingressar em sítios contraditórios não é o único caminho para divulgar a nossa arte. Criar e disputar espaços, o nosso próprio editorial e eventos são estratégias para nos realizarmos enquanto mulheres escritoras e também evitar o retrocesso na luta. Escritoras negras como Luciene Nascimento, por exemplo, autora do livro *Tudo nela é de se amar*, publicado pela editora Estação Brasil em 2021, que usam de ferramentas acessíveis como as redes sociais para tornar públicas suas construções, fortalecem essa luta. Outro exemplo é o *Slam das Minas*, o qual está presente em diversas regiões do nosso país, é um espaço de resistência onde nós, mulheres, podemos exprimir os nossos anseios e confrontar os nossos agressores. Se não temos espaço, criá-los e disputá-los são as melhores opções. Ainda que não seja fácil arquitetar tudo isso, somos gritos ansiosos e não aguentamos mais esperar. Essas situações que são impostas às produções de autoria feminina negra não acontecem por acaso, é uma condição histórica. Na nossa memória negra, o passado é marcado por diversas violências verticais do colonizadores contra os colonizados. A escravidão na qual assentou o processo de colonização deixou muitas marcas, dentre tantas o *racismo por denegação*¹, uma das faces do racismo estrutural. Assim, nossa constituição social, a literatura, a sociedade em geral, por vezes, negam as contribuições culturais, intelectuais, linguísticas, de religiosidade do povo africano e indígena, dos nossos antepassados. Daí emana tanta hostilidade, tanta sistematização violenta contra negros e negras.

Entretanto enfrentar o racismo sistêmico demanda uma ação muito mais profunda do que somente participar de eventos em espaços “inapropriados”. É importante, antes de tudo, criar mais políticas de inclusão social, de respeito às diferenças, porque se a literatura reflete o social, então resolver o problema em ordem pública, certamente trará um digno significado para as poetisas negras e para qualquer artista declinado à cosmovisão ancestral². Nesse sentido,

¹ Termo criado por Gonzalez, intelectual, feminista, professora, filósofa, antropóloga brasileira, para definir as teorizações raciais as quais fundaram o racismo a brasileira, como o mito da democracia racial e as teorias eugenistas. Para melhor entender, na ótica da intelectual, enquanto a América do Norte vivia a segregação racial, onde as comunidades pretas, por estarem forçosamente isoladas em si mesmas, conseguiram melhor articular-se politicamente e ideologicamente em prol das suas causas, na América do Sul, no entanto, a ideia de direitos iguais, de democracia racial fortaleceram desigualdades, na medida em que dissimularam a segregação racial nas estruturas e instituições.

² Sobre Cosmovisão ancestral Eduardo Oliveira pontua que “posteriormente, a ancestralidade torna-se o signo da resistência afrodescendente. Protagoniza a construção histórico-cultural do negro no Brasil e gesta, ademais, um novo projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável do Homem com o Meio-Ambiente, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos, na vida comunitária entre outros. Tributária da experiência tradicional africana, a ancestralidade converte-se em categoria analítica para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro (OLIVEIRA, 2019, p. 4-5)

quando o/a professor/a opta por trabalhar a *Poesia Slam* de autoria feminina negra na Escola, uma poética-política de confronto, ele/ela objetiva não só romper a hegemonia do campo literário, como também dialogar as temáticas raça, gênero e identidade, visando combater as violências sociais que, muitas vezes, são reforçadas pela escola tanto no âmbito político-ideológico quanto no âmbito pedagógico. Do mesmo modo, predispõe-se a apresentar uma nova visão de mundo: as experiências femininas, para suscitar o poder de fala em mulheres que ainda vivem a cultura do silêncio – a mesma que está presente, muitas vezes, na escola pública. É o momento de rememorar as antepassadas, aquelas que lutaram desde África pela nossa existência, e saudar as contemporâneas, as (re)existentes. Outrossim, é uma busca pela (re)significação do cânone literário, uma vez que a linguagem literária do Slam privilegia entre outras coisas as variantes do português brasileiro e a disputa por espaços de poder.

Este trabalho divide-se em quatro importantes capítulos. No capítulo um, denominado “As barreiras sociais vs. embates femininos”, traz-se discussões das violências que atravessam cotidianamente mulheres pretas, destacando subalternizações dos corpos negros no decorrer da história do Brasil, apontando a *Poesia Slam* de autoria feminina negra brasileira como importante ferramenta de subversão à essa lógica. Já no segundo capítulo, “Breve história do gênero slam no Brasil”, traz-se a história do slam no Brasil, também se dialoga o campo literário transpassado pelas violências racismo e machismo, abordando e questionando o tratamento elitizado dos conceitos intelectualidade, literatura e autor(a), os quais vêm causando ruídos entre os já legitimados cânones e as vozes insurgentes (intelectuais negras/os, indígenas, dentre outros grupos que sofrem estigma). Além disso, apresenta-se formas não tradicionais de produzir literatura como a própria *Poesia Slam* de autoria feminina negra. No terceiro capítulo, “BNCC Vs. Leis 10.639/03 E 11.645/08”, apresenta-se uma breve discussão sobre as políticas educacionais brasileiras, destacando seu caráter excludente e monopolizador que inviabilizam estudar poesia slam em sala de aula. Já “O Slam na minha prática docente”, propõe-se destacar as características desse movimento literário e social através da análise literária. Também discute-se a instituição Escola e possíveis métodos/práticas pedagógicas de ensinar a *Poesia Slam* na sala de aula.

2 AS BARREIRAS SOCIAIS VS. EMBATES FEMININOS

A sociedade brasileira constituiu-se a partir de violências que são estruturais e estruturantes: o sexismo e o racismo. Vivencia-se, mesmo na contemporaneidade, cultura e políticas paternalistas desenvolvidas no século XVI, com a chegada dos brancos ao Brasil e a idealização e centralização do *homem europeu universal*³. Dessa forma, o homem, sobretudo o homem heterossexual branco, dispõe de soberania e liberdade dentro das suas relações e atividades. Na contramão disso, as mulheres e os não brancos vivenciam a supressão dos direitos, poder e liberdade.

Os grupos subalternizados, em reação às muitas violências, lutaram, no âmbito corpóreo, espiritual, político e ideológico, contra a manipulação branca dos seus corpos. Personalidades negras como Dandara, Anastácia, Aqualtune; na literatura, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, dentre tantas outras mulheres guerreiras que, de forma muito encorajadora, souberam impor forças contra o sistema vigente da época.

Apesar de pessoas não brancas serem historicamente afastadas da cultura letrada, a força-palavra negra sempre reverberou no período escravocrata, de acordo com relatos históricos. Os/as escravizados/as letrados/as, principalmente os/as que ocupavam cargo de maior confiança; dentro da suas comunidades tinham por funções letrar seus irmãos e irmãs, narrar fatos, contar histórias e articular por meio de cartas e bilhetes fugas, até mesmo revoluções. Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917), em plena supremacia branca, construiu a primeira narrativa literária de autoria feminina negra e abolicionista do Brasil. O romance *Úrsula* (1859) escrita por Firmina, em que personagens negros/as ganham humanidade e voz, traz uma crítica ao racismo, ao processo violento da descaracterização de pessoas não brancas o qual resultou na escravização dos seus corpos.

Os colonos já conheciam os povos africanos bem antes do declínio de boa parte dos indígenas brasileiros. Assim, no meado do século XVI, africanos escravizados chegam à costa brasileira, após atravessarem forçosamente o continente, muitas vezes, nos porões de navios negreiros. Submetidos à vida em cativeiro, distante da sua terra natal e impelidos a condições básicas de sobrevivência. Segundo Fausto (1996, p. 29), “estima-se que entre 1550 até 1855

³ Para Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 18), a partir das atividades colônias desenvolvidas no meados do século XV, nas acontecidas relações comerciais entre a Europa e os demais países das Américas e África (povos distintos culturalmente, organizacionalmente, politicamente e linguisticamente), arquitetou-se e se universaliza um saber do que é ser humano, tendo os povos europeus como aparato qualitativo da evolução humana. Na contramão disso, os povos não brancos são vistos como “varações menos evoluídas”.

entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino”.

Muito embora os raptos de negros do sexo masculino fosse maior, as mulheres negras também foram extremamente exploradas nas colônias portuguesas. Elas trabalharam nas lavouras, nas casas grandes, desenvolvendo trabalhos braçais e domésticos. Ainda hoje, as mulheres negra são enquadradas nos trabalhos exaustivos e braçais. Tratam-nas como se elas não tivessem outras qualidades a contribuir. Aos poucos tentam retirar delas a possibilidade serem, por exemplo, as intelectuais do nosso tempo.

A crítica literária estabelecida a partir de intelectuais/pesquisadores como as professoras Florentina Souza, a escritora e professora Conceição Evaristo e a pesquisadora Fernanda Miranda têm evidenciado a experiência das mulheres negras na literatura brasileira é marcada por silenciamentos, obviamente marcados pelo sexismo e pelo racismo. Dessa forma, é importante pensar a literatura negra como resistência. Fernanda Miranda, a partir da obra *Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)* afirma que “a literatura negra não apenas cria quilombos na ordem discursiva, ela também produz uma crítica corrosiva às estruturas da casa grande, porque nos permite ler o campo literário filtrando nele suas potencialidades em disputa.” (MIRANDA, 2019, p. 19)

Por tradição, as comunidades africanas são materno-centradas, isto é, desenvolvem-se tendo as mulheres como centrais nas lideranças e políticas. Mas ao ponto em que a religião ocidental cristão foi tomando o mundo, a lógica organizacional mudou: centralizou-se puramente no homem. E pela leitura cristão, Deus também é uma entidade masculina.

Ao longo dos séculos rompendo correntes colorais, o corpo negro feminino se ver desafiado a também franquear-se da opressão masculina fruto de uma lógica de sublimidade paternal. O quadril da mulata, um espaço corpóreo subestimado pela ótica cristã, tornou-se perdição. Já ser obediente ao marido, servindo de todas as maneiras possíveis, é visto como um ato de lealdade a Deus e seus projetos divinos. Demonizaram os corpos femininos negros e para controlá-los impôs-lhes papeis e traços de subserviências. Não é apenas a catequese do período colonial que promove isso, mas as lógicas racistas e patriarcal, sobretudo. Ao refletir sobre as opressões de gênero e de raça empreendidas pelo sistema colonial, Grada Kilomba, intelectual negra portuguesa, pontua em seu livro *Memória da Plantação: episódios do racismo cotidiano*:

Esse encontro revela como “raça” e gênero são inesperáveis. “Raça” não pode ser separada de gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o

gênero tem um impacto na construção de “raça” e nas experiências do racismo. (KILOMBA, 2019, p.94)

Mas a literatura de autoria negra feminina não deixou de criticar a superioridade de gênero e atribuir qualidades as experiências não brancas e não masculinas. A personagem Preta Suzana, do romance *Úrsula*, dentro do seu trajeto de negra diaspórica⁴, assume-se como a voz da sabedoria ancestral africana. A mulher de idade que tivera a sua liberdade roubada pelos brancos desde cedo, coloca-se como aquela que educa os seus a pensarem na africanidade como real liberdade para o povo preto.

Ademais, um dos pilares do racismo estrutural brasileiro se mostra através das teorias eugênicas. Idealizadas pelo britânico Francis Galton (1822-1911), as teorias eugênicas consistiam em uma pseudociência, cujos estudos intensivos da genética negra buscavam, nos séculos XIX e XX, estabelecer uma teoria hierarquizante sobre as raças: negros eram supostamente biologicamente/ intelectualmente inferiores, enquanto brancos eram tidos como a “melhor raça”. A ideia era provar que pessoas pretas não tinham o genótipo ideal para promover o desenvolvimento do Brasil, portanto deveriam ser dizimadas ou subservientes. Galton e seus seguidores nada mais fizeram que estabelecer parâmetros para dar continuidade ao projeto de subalternização e exclusão da população negra. Diversas figuras influentes dos cenários político, jornalístico, científico e literários brasileiros aderiram a esse movimento. Monteiro Lobato (1888-1948), por exemplo, publicou obras que expressam a importância do eugenismo para o futuro do Brasil, ao mesmo tempo em que naturaliza e reforça o racismo no campo literário.

As obras de Monteiro Lobato e de outros literatos racistas trazem uma carga de estereótipo racista a qual reforça o seu privilégio de homem-branco literato. Ao criar personagens negros/as abobalhados, com ausência de certa racionalidade e subservientes, o autor reforça a ideia da inferioridade intelectual advinda da raça não branca. Além disso, ele, de forma muito consciente, define a quem pertence o privilégio de escrever literatura, através de seu perfil, enquanto intelectual, das personas criadas por ele. Daí quem ler esses livros, acaba por absorver não só a construção racista, como também passa a acreditar que a literatura é exclusiva a determinado tipo de pessoa e pensamento. Monteiro Lobato, em cartas trocadas com médicos eugenistas afirma:

Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu “Choque”, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que erreí não te pondo lá no frontispício, mas perdoarás

⁴ Aquela ou aquele que vivem na diáspora.

a este estrompado amigo. Quando passares na Leite Ribeiro [Livraria no Rio de Janeiro] entra e pega com a caixa o exemplar que te destinei. Preci-samos lanças, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha. (HABIB, 2007, p. 6 apud Correspondência de Monteiro Lobato a Renato Kehl. São Paulo, sem data. Fundo Pessoal Renato Kehl).

O eugenismo reverberou tanto na sociedade brasileira, que mesmo com o fim da escravidão em 1888, criaram-se políticas para que pessoas negras continuassem vivendo à margem das pessoas brancas. De acordo com Oliveira (2019), “quando o estado brasileiro percebe que não poderia continuar com a escravidão, ele começa a tomar uma série de medidas, inclusive legislativa, para possibilitar a marginalização de negras e negros”. Houve um esforço político e legislativo da elite branca para impelir a ascensão e autonomia dos libertados. A Lei de terra, Lei da Vadiagem e Lei da Capoeira, são exemplos de como a intolerância racial atingiu a estrutura política no Brasil. Jornalistas, cientistas, políticos, literatos, entre outros participantes da aristocracia branca brasileira do século XX, formaram um movimento social, ideológico, política e científico para embranquecer o país. A ideia era criar teorias que desumanizassem pessoas não brancas para conjecturar a extinção delas.

Não obstante, a literatura brasileira fez-se difusora, em alguns momentos, de tal teoria, na medida em que personagens negras como a Tia Nastácia do “Sítio do Pica-pau Amarelo”, livro publicado em 1939 por Monteiro Lobato (1888 – 1948) e Gilda da crônica “Perfil de Preta”, livro *Ânsia Eterna* reeditado em 1930 pela autora Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934), não passam de imagens retardatárias, submissas e descomedidas do que é ser negra na diáspora⁵.

Ainda hoje, é visível certo esforço para combater a negritude: o genocídio, a negação do direito de falar de si, a massificação dos discursos de ódio e a criação de políticas as quais promovem desigualdades.

Dessa maneira, essas violências atemporais desenvolvem-se primeiro no campo ideológico, depois que atingem o campo político são sistematizadas e se tornam ações concretas como, por exemplo, o assassinato de Marielle Franco em 14 de Outubro de 2018, a cadeira na Academia de Letras Brasileira a qual foi negada à Conceição Evaristo, o apagamento do protagonismo de mulheres escritoras negras na luta contra a escravidão, entre outras muitas nuances cotidianas do racismo estrutural brasileiro.

⁵ “Diáspora é a dispersão ou deslocamento forçado ou não, de um povo pelo mundo”. Disponível: <https://www.palmares.gov.br/?p=53464>

O racismo, o machismo e a intersecção entre essas duas violências são *escurecidamente*⁶ barreiras sociais responsáveis pelo elevado percentual de feminicídio⁷ no país da mesma maneira dificultam e/ou inviabilizam o empenho de mulheres negras na construção do intelecto brasileiro, sobretudo, na literatura.

Segundo Angela Davis (2016), as mulheres brancas, no contexto político-ideológico capitalista-colonial eram proibidas da vida intelectual e trabalhista, pois estavam imersas em opressões onde os papéis do gênero feminino resumiam-se em: ser esposa, ser mãe e ser “dona de casa”.

Mas as mulheres brancas descontentes com o padrão instituído aos seus corpos, uniram-se para reivindicar mudanças. Segundo Davis (2016), o descontentamento dessas mulheres foi retratado na Declaração da ativista estadunidense Seneca Falls, no meado do século XIX:

O foco enfático da Declaração de Seneca Falls era a instituição dos matrimônios e seus vários efeitos prejudiciais às mulheres: o casamento roubava delas seu direito à propriedades, tornando-as econômica e moralmente dependente de seus maridos. Ao exigir a obediência absoluta por parte das esposas, a instituição do matrimônio dava aos maridos o direito de puni-las e, o que ainda é pior, as leis de separação e divórcio eram quase totalmente baseadas na supremacia masculina. A declaração afirmava que a consequência da condição de inferioridade das mulheres no interior do casamento, elas também eram sujeitas a desigualdades nas instituições de ensino e na carreira. “Empregos lucrativos” e “todas as possibilidades de prosperidade e distinção” (como medicina, direito e tecnologia) eram absolutamente inaccessíveis a elas. O documento concluía na sua lista de injustiças evocando a dependência mental e psicológicas dessa mulheres, o que reduzia sua “confiança e amor-próprio”. (DAVIS, 2016, p.63)

De acordo com a escritora, o movimento emancipatório feminino sul-americano branco chegou a apoiar o movimento antiescravagista, mas não se interessou em discutir as perspectivas e realidades femininas negras, tornando as mulheres não brancas omissas no processo de reconhecimento dos direitos. A autora ainda reitera: “Nem os documentos da convenção faziam referência às mulheres negras [...]” (DAVIS, 2016, p.67)

Em meio a tantas negações, as mulheres negras das américas recriaram o seu espaço de luta, uma autonomia filosófica e política para questionar as desigualdades em meios aos processos emancipatórios. Aqui no Brasil, na década de 1970, O Movimento de Mulheres Negras (MMN) estabeleceu pautas interseccionais, trazendo um recorte muito mais abrangente do que as lutas de classe: O movimento apontou as desigualdades vividas pelas mulheres não brancas como uma resultante da fusão das condições raça e gênero e classe.

⁶ Termo usado para dizer que algo foi elucidado a partir de um viés experiencial negro e negra.

⁷ Segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, o feminicídio consiste em “homicídios de mulheres por razões de gênero[...]”. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/femicidio-ou-femicidio>

A literatura ecoa aquilo que é nossa sociedade. Assim, esse campo também é, de alguma forma, responsável por colocar à margem as mulheres negras. Regina Delscatgnè, professora da Universidade de Brasília (Unb), doutorada em Teoria da Literatura, pesquisadora e Coordenadora do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC), em um de seus estudos investigativos sobre a Literatura Brasileira, apresenta dados importantíssimos os quais comprovam a desigualdade de gênero e raça no campo literário brasileiro na contemporaneidade. Segundo a pesquisadora, 93,9% dos romances publicados nas grandes editoras brasileiras são de autoria de brancos e brancas. As obras de autoria negra simbolizam 2,4%. Desse último quantitativo, retira-se de forma ainda mais ínfima o percentual de escritoras negras (DALCASTAGNÈ, 2008). A pesquisadora Fernanda Miranda, autora do livro *Silêncio prescritos: estudos de romances de autoras negras (1859-2006)*, também aponta para o silenciamento relativo à publicação de autoria feminina negra. Segundo a autora, no período estudado, 150 anos, iniciado com a publicação de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, há publicação de apenas oito romances e autoria negra feminina. A existência desses dados confirma que não existem muitos espaços para as mulheres negras contarem e disseminarem suas histórias. Revela também algo mais cruel: a subjugação da intelectualidade feminina negra e a constância demasiada das ideologias e opiniões a favor do público masculino e branco.

As literaturas, assim como outros meios de informação, sustentam, por vezes, a perversidade do racismo, naturalizam agressões verticais e estimulam as desigualdades, de tal forma que nós, mulheres negras, ainda estamos no espaço invisível e subvertido da história do nosso país. Ninguém testemunhou as agressões que minhas avós sofreram dos seus maridos negros. Há quem ache normal os olhares que recaem sobre minha mãe, quando some algo da casa da patroa branca dela. As nossas histórias e qualquer forma de conhecimento que elas contêm são silenciadas mediante as interpretações contrárias, as afirmações de pessoas brancas e, por vezes, também de homens negros, que reproduzem discursos de opressão de gênero. Aqui, a autocracia disfarçada de democracia objetiva assegurar o desaparecimento dos ecos femininos que desde outrora lutam por igualdade. Sobre essas questões reflito em uma das minhas poesias:

[...]
 É foda pensar nesse fato macabro
 A democracia é um campo minado
 [...]
 Quem vive na insegurança dessa igualdade
 Come tampado ou enfrenta a sociedade
 É madeira de lei é pau pra viagem!
 [...]
 (MOTA. Desigualdade social. Não publicado)

Mesmo que as pesquisas apontem o pequeno percentual correspondente à publicação de escritoras e personagens negras, evidencia-se a importância da luta, resistência e persistência dessas mulheres na busca pela legitimação dentro e fora da literatura. Dessa forma, não se pode dizer que as mulheres negras são passivas no combate às violências que as atormentam em diversos campos, assim como não se pode afirmar que a literatura não é um campo importante para essa luta. O Movimento Slam é um espaço de luta e resistência que permite pensar nas estratégias femininas de enfrentamento político, pois a pedagogia da poesia falada acompanhada do corpo feminino negro evidencia a militância, a (re)existência de mulheres negras na busca por um ideal estético-político-ideológico mais igualitário.

2.1 O MACHISMO ESTRUTURAL

A violência contra a mulher tem aumentado drasticamente no Brasil. Uma pesquisa feita pelo Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicada retomado por fulano do site Geledes evidencia que uma entre quatro mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência em 2020. “Em média 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, sexual, psicológica e digital em 2020”. Com a pandemia, esse número de agressões marcou alta, chegando à mais de 42% para a violência doméstica. Os companheiros, namorados e ex-parceiros são os que mais agredem mulheres, em segundo lugar encontram-se pessoas da família, como pai, mãe, padrastos, madrasta, filho e filha. Um outro dado chamou bastante atenção: o perfil das vítimas. Mulheres separadas/divorciadas, mulheres negras e mulheres com idade entre 16 a 24 anos são as que mais sofrem violência, segundo reportagem exibida pelo Geledes em 2021. Sendo assim, uma mulher negra e jovem tem maior chance de sofrer violências em diversos ambientes do que a mulher branca e jovem.

Tal realidade social é consequência do processo de ocidentalização dos papéis das mulheres não brancas nas sociedades. Transpondo-se para discussões de Davis (2016), no período colonial, as negras sofriam mais violências que os negros: além de trabalharem nas

lavouras e serem estupradas, elas eram forçadas a desempenhar afazeres domésticos e maternos os quais mulheres brancas recusavam-se a cumprir. Evidentemente, os papéis desempenhados por nossas ancestrais estabeleceram-se ao longo da vivência, devido, é claro, não ter existido, após a abolição da escravatura, políticas e ações que humanizassem essas mulheres. Angela Davis (2016), apresenta um recorte estadunidense sufragista, a luta por direitos organizada pela classe trabalhadora feminina, que pode ser também igualado ao nosso contexto de luta feminina:

Dos 8 milhões de mulheres que integravam a força de trabalho na primeira década do século XX, mais de 2 milhões eram negras. Na condição de mulheres que sofriam com a combinação das restrições de sexo, raça e classe, elas tinham um poderoso argumento pelo direito ao voto. Mas o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras (DAVIS, 2016, p. 146).

De maneira igual, nas contemporâneas comunidades negras e periféricas brasileiras são as mulheres que mais assumem funções dentro do lar. Além de cuidar e educar sozinha os seus filhos, porque quase sempre há ausência da presença paterna, elas desdobram-se nas tarefas domésticas as quais os homens são socialmente educados para não exercerem. Devido a naturalização histórica dos papéis femininos negros, quase sempre desempenhamos funções sem termos ciência do valor histórico que as compõe.

E se adentrarmos um pouco mais nas realidades das trabalhadoras negras, perceberemos que muitas delas sofrem injustiças no trabalho. Trago e retomo a minha história familiar para exemplificar a questão: minha mãe é empregada doméstica. Nenhum de seus patrões brancos quiseram assinar a Carteira de Trabalho dela. O maior salário que ela recebeu foi de R\$ 500,00. Ela trabalhava oito horas por dia, de segunda-feira a sábado. Grande parte da sua força de trabalho não era paga. Além disso, por ter engravidado precocemente e assumido sozinha a educação dos seus filhos, concluiu o ensino médio tardiamente e não conseguiu avançar para o ensino superior. A solidão de minha mãe no lar impossibilitou-a de avançar humanamente e, conseqüentemente, a impeliu a péssimas condições de trabalhos. Eu trouxe essa escrevivência para refletir o que Silva Federicci nos ensina a respeito da base estruturante do capitalismo:

O trabalho doméstico é o trabalho mais importante da sociedade capitalista, pois dá origem aos trabalhadores [...]. Os trabalhos que as mulheres desenvolvem no lar são infraestruturas que permitem os trabalhadores assalariados irem para o emprego diariamente [...] (FEDERICI, 2020).

Quando executamos tarefas no ambiente casa, e isso inclui cuidar dos filhos, estamos dando suporte para que os trabalhadores se dediquem inteiramente aos seus trabalhos e, assim, possam gerar alta lucratividade para as empresas (os contratantes), porque além dos empregadores não pagarem por toda força de trabalho utilizada, são isentos dos serviços que permitem aos trabalhadores disposição para o exercício do trabalho. Logo, por desenvolver trabalhos não pagos, as trabalhadoras do lar constituem a base mais explorada e importante do sistema capitalista.

Uma outro paradigma fundamenta a exploração de mulheres no lar: o fato do trabalho doméstico não ser considerado um trabalho, mas, sim, um ato expressivo de amor pelos seus companheiros, maridos e filhos (FEDERICI, 2020). E é por isso que, na maior parte do tempo, não questionamos como tal “demonstração de afeto” chega até nós.

Mas quem se beneficiam da exploração dos corpos negros femininos, dessa demonstração estrutural de afeto? São os homens, sobretudo os homens brancos. Se até hoje não recebemos salários justos nem somos reconhecida pelo que fazemos, mesmo desempenhando trabalho de melhor qualidade que o do homem; se é nos tirado a chance de escolher que profissões seguir e nossos corpos e mente são enquadrados, se geralmente a nossa autonomia, intelectualidade e sexualidade são confrontadas, tanto por homens quanto por mulheres reprodutoras do machismo, e nossos corpos e culturas são estigmatizados, é porque a soberania sempre é algo relacionado aos homens, não às mulheres.

Outrossim, a intersecção de diversas violências nos torna invisíveis e solitárias. Frequentemente, encontram-se mães solos que, assim como suas ancestrais, não conseguiram um relacionamento harmonioso com os seus parceiros, portanto criam os filhos sozinhas (FRAGRA, 2015); enquanto é aceitável para os homens, seja eles negros ou brancos, constituir famílias com outras parceiras. Por conseguinte, a valorização de estéticas mais europeizadas e a hiperssexualização dos nossos corpos são outros tipos de problemáticas que ferem profundamente a nossa autoestima, pois interferem no modo como somos vistas, ouvidas e representadas pelo gênero oposto: ora somos desprovidas de beleza, ora somos desprovidas de intelectualidade; ora somos “pra comer”, ora somos o segundo plano para casar (FRAGRA, 2015).

O que mudou após 1888? As mulheres escravizadas juntamente com os homens não brancos lutaram e morreram pela liberdade tanto que no fim do século XIX conseguiram em primeira instancia emancipar-se. Muito embora elas tenham conseguido suas alforrias, algo lhes

faltava: o direito de ser reconhecidas como sujeitos. Sem condições básicas de sobrevivência, a maioria foi obrigada a retornar a escravidão ou a trabalhos mal remunerados.

É fundamental ressaltar o papel da imprensa e da literatura de autoria feminina negra na resistência à escravidão, pois ambos os espaços foram importantes para denunciar as imprudências brancas e politizar a população em geral. As produções literárias espaçadas de mulheres negras brasileira – produções essas solitárias e sem tradição por sofrerem perseguição racial, econômica e de gênero – reforçaram a ruptura das violências sociais racismo/machismo. Em consequência, hoje essas reivindicações encontram eco no slam.

A luta pela liberdade sempre foi coletiva para as comunidades negras. Por que as mulheres não brancas foram historicamente excluídas de direitos? A resposta para essa pergunta está no princípio ideológico e político do movimento negro. Segundo Akotirene (2019, p.14), “o movimento negro tem caráter machista”, por isso a subalternização dos corpos femininos e os atos corajosos das mulheres negras não foram reconhecidos por essa entidade. A socióloga ainda reitera: nem mesmo o feminismo branco interessou-se em lidar com tal questão (AKOTIRENE, 2019, p). Percebe-se, então, que houve incompletude de importantes movimentos reivindicatórios brasileiros: ora deixaram a parte às questões de gênero, ora foram norteados por ideologias racistas e machistas. Como ambas articulações fragmentaram o sistema de opressão, não conseguem explicar nem resolver os problemas que atravessam cotidianamente a vida da mulher não branca.

Mas relembremos: a escravidão retirou do/a negro/a o caráter sujeito social. O que se refere às negras, além da desqualificação da condição humana, a incidência de estupro contra elas era recorrente, devido à coisificação dos seus corpos. Tratadas como mercadorias lucrativas, já que geravam filhos os quais existiam como escravos (AKOTIRENE, 2019, p. 19), poucas puderam ter autonomia na maternidade. Elas transpassaram continentes e eras, lutando pela dignidade e liberdade, os quilombos, por exemplo, são provas disso. No entanto a perseguição contra elas atravessou épocas e espaços.

2.1.1 O racismo estrutural

O pesquisador Silvio Almeida através do livro *Racismo Estrutural* propõe uma reflexão acerca do racismo no Brasil. Partindo dos estudos antropológicos sobre a raça, Almeida afirma que: “A constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito

de raça [...] *a raça é um elemento essencialmente político*⁸, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” (ALMEIDA, 2019, p.22). Tendo em vista o efeito estrutural do conceito raça, o autor conceitua racismo:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagem ou privilégio para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertença (ALMEIDA, 2019, p.22).

Visto isso, ainda que tenha havido um esforço científico para provar a inferioridade racial e intelectual dos africanos e seus descendentes, o conceito de raça não é uma abordagem biológica, mas, sim, política; pois ela não lida unicamente com os fenótipos, mas com as formas que indivíduos negra/os constroem culturas, costumes e identidades. Dessa maneira, os aspectos de vida também servem de parâmetros para separar grupos inferiores (africanos e seus descendentes) de grupos superiores (colonizadores e seus descendentes legítimos). Comportamento, hábito, religiosidade, linguagem, costumes são características também observadas para excluir pessoas.

Nesse contexto discursivo, faz-se importante conceituar preconceito racial e discriminação racial. Considera-se preconceito racial toda opinião inautêntica sobre pessoas ou grupos não brancos. Já os atos excludentes ou/e indiferentes aos negros/as definem-se discriminação racial. Ambas as questões materializam a tese da hierarquia racial. Em sociedades cis-hetero-patriarcais como a brasileira, qualquer pessoa que se difere dos padrões físicos, culturais e identitário brancos está destinada a sofrer racismo em diversas estruturas.

Nesse sentido, excluir o ser negro não é apenas uma ação individual, mas também institucional e estrutural. Do conceito racismo estrutural Silva Almeida (2019) explica:

[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um *processo* em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a *segregação racial*, ou seja, a *divisão espacial de raças* em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – com frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estadunidense (ALMEIDA, 2019, p.24).

⁸ Destaque feito pelo autor.

O racismo reproduzido pelas instituições públicas e privadas inibe a longevidade de grupos tidos como marginais, seja pela falta de políticas de inclusão, seja pela execução de políticas de exclusão. Tal condição sociopolítica nos predestina a não gozar permanentemente do bem estar e dos direitos básicos humanos. Concerne, então, que a escola, assim como os poderes administrativos, é reprodutora das práticas racistas. A literatura de Luciene Nascimento, mulher, negra, advogada, escritora, maquiadora e presidente da Comissão de Igualdade Racial e Intolerância Religiosa da OAB, ensina:

Nunca esqueci
 Soninha Freitas
 Palestrando em “bê-á-bá”
 Sobre a complexidade do problema do
 racismo no Brasil
 Ela dizia algo como
 “Bom exemplo é a construção
 Pense em paredes de uma residência
 tijolos formam a estrutura
 com concreto a arquitetura
 ganha formato e aparência
 Sociedade é construção
 e o racismo é o cimento
 Componente estrutural
 Formador fundamental do interior e do acabamento.”
 Nessa fala eu acrescento
 Nossa estrutura social foi forjada no sofrimento
 houve esforço intencional
 atuante
 fraudulento
 apoio internacional à tese do branqueamento
 descolorindo e repintando
 tinta de sangue e caneta
 se não branqueou os corpos
 alvejou as almas pretas
 impôs ao traço apagamento
 Resultado: parda, morena, mulata, mestiça,
 Quatrocentos anos de injustiça e a paz se faz mais
 omissa que a melanina na sua tez?
 Então compreenda de uma vez
 Se a tua história te pigmenta e a sociedade te lê marginal
 a necessidade te orienta a querer justiça racial
 Mas eu sugiro que seja atenta
 não só
 cortar o eufemismo
 mas lutar por protagonismo no que
 realmente te representa
 porque se o racismo que experimenta respeita regra geral
 é mais cruel pra quem aparenta
 quanto mais preta mais desigual
 Mas há motivo de luta pra todas nós afinal
 Preferida ou preterida
 Preta ou parda IBGE.
 A vantagem é auferida
 por quem o sistema racista quer
 queremos desconstrução

Porque tentar sugar cimento sem romper
 Esta estrutura é como por atadura
 em anos de adoecimento
 Conserto é o planejamento,
 Consciência e postura,
 Análise de conjuntura
 Vontade de conhecimento
 Educação
 Educação rima com coisa muito simples
 Rima com a escola falando das coisas
 nossas, mas não só em novembro,
 rima com aprender que questão racial é esforço coletivo
 que ter medo da polícia não é por acaso
 que a propaganda não é inocente,
 que se a senhora preta não te olha nos
 olhos pra falar com você doutor
 É responsabilidade sua educar os seus
 filhos pra respeitar os meus filhos
 Para que as próximas senhoras pretas não tenham esse peso no olhar
 Sociedade é construção
 e o racismo o cimento
 Componente estrutural
 Formador fundamental do interior e do acabamento.
 Tem que haver desconstrução
 Porque tentar sugar cimento sem romper a estrutura
 É como por atadura em anos de adoecimento
 Conserto é planejamento
 Consciência e postura
 Análise de conjuntura
 Vontade e conhecimento
 (NASCIMENTO, 2017, p. 86)

De acordo com Davis (2016), a miscigenação é também consequência de diversos estupros de mulheres negras. Quando os colonos queriam domar os corpos das escravas, principalmente as das negras mais rebeldes ao sistema vigente, eles estupravam-nas. Sendo este, portanto, o único momento em que os brancos reconheciam-nas como mulheres, isto é, como diferentes dos homens negros. E muitas dessas escravas violentadas davam à luz a filhos/as ilegítimos/as e mestiços/as, os quais também eram tratados/as como escravos/as (DAVIS, 2016, p.38). A autora ainda acrescenta, “apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão” (DAVIS, 2016, p. 38), a exemplo disso, o livro *Casa Grande e Senzala* do escritor brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987).

Freyre era sociólogo, historiador e ensaístico e escritor. Na obra *Casa Grande e Senzala*, ele descreve de maneira equivocada a colonização do Brasil e seus efeitos. Freyre, a partir da ideia *democracia racial*, promove um apagamento da história do processo escravagista do Brasil. Ele apaga a luta e resistência advindas deste período e as consequências que isso gerou na constituição da sociedade brasileira. O sociólogo endossa a falácia da *democracia racial*,

apontando que a sociedade brasileira é fruto de um harmonioso relacionamento inter-racial. Em outras palavras, o sociólogo interpreta as relações entre homens brancos e mulheres negras por consensual – sem ocorrência de resistências nem indiferenças. O que de fato é uma falácia, já que mulheres negras sempre lutaram dentro e fora da literatura pelos seus direitos, a saber, Maria Firmina dos Reis e Luíza Mahin. Apesar das contradições, o livro *Casa Grande e Senzala* chegou a ser traduzido em outras línguas, sendo lido por muitas pessoas. Devido à sua repercussão, o mito *democracia racial* de Freyre ainda atua no imaginário brasileiro.

Na poesia de Nascimento, há a ideia de que a sociedade construiu-se através do racismo e de que o racismo é uma construção social (“sociedade é construção e o racismo é o cimento”) que traz a negação e invalidação de pessoas não brancas. Sendo, portanto, as outras instituições desdobramentos das relações sociais, elas são também estruturalmente racistas. Por isso, pessoas não brancas são excluídas e subjugadas em diversos espaços e organizações. É o caso de Rafael Braga, homem, negro e pobre, que foi condenado por tráfico de drogas, mas, em um momento de muito desespero, apenas estava em mãos com um vedor de desinfetante e foi condenado pela justiça brasileira.

A autora também critica a tese do branqueamento dos corpos, do colorismo (“quanto mais preta mais desigual”). A faceta embranquecimento racial acarretara dispersão de grupos historicamente marginalizados, ao ponto de eles não se reconhecem como participantes de um mesmo quilombo.

Sendo eu a mais clara entre meus irmãos, sempre enxergaram-me, no seio familiar, como a morena. Passei parte da minha infância e adolescência acreditando nisso e tentando enquadrar-me nos padrões europeus: cabelos alisados, a maquiagem mais clara, a roupa mais sofisticada. Necessitei de um estalo mais brusco para que eu pudesse ver-me como uma mulher negra, afrodescendente e, como uma mulher africana na *América*⁹. O despertar partiu de uma discussão mais ampla da ideia de raça, gênero e classe – a partir da relação mais íntima com a poesia de rua cantada, falada e incorporada, com os/as intelectuais que para nós, mulheres e homens negros, são fundamentais lê-los ou ouvi-los para nos entendermos, a saber: bell hooks, Laura Conceição, NegaFya, Conceição Evaristo, Angela Davis, Lélia Gonzalez.

Entendermo-nos enquanto sujeitos marginalizados por estar em uma sociedade idealizadamente branca, permiti-nos também reivindicar os nossos direitos e buscar a “justiça racial”. A justiça racial não se atém apenas a um reparo histórico, como o caso das cotas raciais

⁹ “Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (ALMEIDA, 2019, p. 65).

nas universidades; ela é muito mais ampla. Refere-se a efetivação de políticas igualitárias, que nos permitam existir no sentido complexo, gozando de todos os direitos humanos. Para ser livre para ser o que somos, sem medo de repreensões ou de suspeitas. Para poder criar os/as nossos/as filhos/as para serem o futuro, não alvos fáceis para a polícia (“que ter medo da polícia não é por acaso”). E a educação tem aparatos que contribuem para tais mudanças, pois o “[...] Concerto é planejamento, / Consciência e postura,/ Análise de conjuntura/ Vontade de conhecimento”. De acordo com o eu-lírico, a escola precisa ser um espaço de troca e que provoque a consciência racial, de gênero e de classe. Educar, nesse sentido, é também engajar seres humanos para seus enfrentamentos e capacitá-los para que, futuramente, eles e elas encorajem mudanças essenciais entre os seus. Portanto, a escola, ainda, muitas vezes, retrógrada e racista, necessita ser transfigurada para o lugar de representação e diálogo das diversas causas sociais, principalmente, as negras e femininas (“Educação/ Educação rima com coisa muito simples/ Rima com a escola falando das coisas/ nossas, mas não só em novembro”).

Ao cabo da análise, a luta contra o racismo não é de um só, mas de brancos e negros. Importantíssimo destacar que todos precisam ser conscientes dos desdobramentos do racismo, inclusive aqueles/as que de alguma forma são privilegiados por essa construção violenta. A sociedade precisa arcar com as consequências do seu comportamentos discriminatórios, isto é, se perceber tanto como responsável pela desigualdade, quanto pela mudança desse estado desigual.

Desse modo, os efeitos do racismo são cotidianamente negligenciados. Nas palavras de Essed:

A realidade experienciada do racismo, os encontros subjetivos, as experiências, as lutas, o conhecimento, a compreensão e os sentimentos dos *negros* no que diz respeito ao racismo, assim como as cicatrizes psíquicas que o racismo nos causa, têm sido amplamente negligenciados. (Essed, 1990; 1991 apud Kilomba, 2019, p.72)

A preocupação de Esse compartilhada por Kilomba (2019) é também comum aos movimentos de emancipação feminina negra brasileira. Falta o cuidado de ouvir as vítimas. Por isso, quase sempre a compreensão dessas violências sociais emana das experiências dos agressores. Elidir as vozes das violentadas nos impede de compreender a natureza real do racismo e de criar melhores políticas de combate.

A *Poesia Slam* feminina negra é fundamental para se pensar nos grupos historicamente silenciados, já que muitas das slammers negras trazem para os textos literários suas histórias de agressões, o que dialoga com o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo: reconstituir a

história brasileira pelo véis negra feminina, por um legado historicamente antagônico. Em uma entrevista feita pelo ItaúSocial, em 2020, Evaristo explica como surgiu o conceito “escrevivência”:

É uma longa história. Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar história para ninar os da casa-grande (EVARISTO, 2020)

Quando essas mulheres dialogam publicamente seus enfrentamentos, elas denunciam seus agressores e ao mesmo tempo incentivam outras mulheres a fazer o mesmo. Para Roberta Estrela D’Alva, mulher, negra, artista e precursora da Poesia Slam no Brasil, a poesia falada é uma ocupação, ou seja, um ato de se apropriar dos espaços, da política, dos direitos, da palavra, e do exercício de escuta, sobretudo do corpo, para explicar e combater as desigualdades sociais. Exemplo disso, a poesia de Bell Puã:

[...]
denuncio homens abusivos
agressores
desde mãe África,
ancestrais cheias de cores
em senzalas estupradas
por brancos senhores
índias aculturadas
em nome de Cristo?
tantas irmãs assassinadas
pelo machismo
mão direita do capitalismo
fez da América desgostosa
à beira do abismo
[...]
(PUÃ, 2019)

O Slam tem caráter contestador e algumas características específicas que o definem enquanto gênero: a questão da oralidade, a performance, a ideia de disputa/batalha entre poetas, o público ouvinte e o Júri. O Slam realiza-se, sobretudo, pela linguagem oral. A performance, a presença do corpo, é mais do que aparição, faz parte da própria estética. O público ouvinte é

quem avalia e legitima a obra. Por isso, quando se tem a poesia slammer no espaço do texto escrito, perde-se uma carga grande de possibilidade de construção sentidos. Não por acaso o título da antologia organizada pela escritora e slammer Mel Duarte, que reúne textos de mulheres slammers, é *Querem nos calar: poesias para serem lidas em voz alta*. Na apresentação da obra Mel Duarte afirma que:

A cada geração, adapta-se a utilização da palavra para contar sua história, deixar o seu legado e isso, no contexto atual, nos permite romper com um ciclo de mulheres silenciadas e compartilhar nossa visão de mundo numa sociedade patriarcal que quer nos limitar a todo momento e que, desde o começo dos tempos, dita a disposição de nossos corpos e de nossas falas (DUARTE, 2019, p. 9).

A poesia slam de autoria negra também é literatura negra ou afro-brasileira¹⁰, só há algumas especificidades do gênero. Nela identificam-se representações da cultura, dos ideais, saberes e linguagens dos povos africanos e seus descendentes. Ela é importante para desmistificar a ideia de democracia racial e outros estereótipos negativos os quais, infelizmente, norteiam o imaginário acerca de negras/os. No entanto, a oralidade e o corpo são fundamentais no gênero slam.

Normalmente, associa-se racismo a ato passageiro ou ação isolada. Entretanto o caráter sólido e duradouro existente do racismo configura-o em um sistema bem elaborado e manejado, como mencionado por Silvio Almeida (2019). Com isso, a explorações de África e a concentração em massa de negros nas periferias de todo o mundo são provas de que sempre houve favorecimento e supremacia racial. E as diversas revoltas e estratégias de reivindicação são comprovações de que os/as negros/as sempre lutaram pelo direito a liberdades e reconhecimento.

Em última análise, o racismo é um sistema brutal que provoca sérios prejuízos ao outro. Esse outro, de acordo com Kilomba (2019), é todo aquele que se difere das características e padrões da branquitude. Assim, os negros, asiáticos, indígenas e outras etnias não brancas são intencionalmente oprimidos dentro de estruturas racistas, visto que a problemática não está em

¹⁰ Segundo Eduardo de Assis (2020), o que difere a literatura afro-brasileira é a temática que engloba a subjetividade do indivíduo negro e negra, a denúncia da escravidão, os atos heroicos do povo preto, as memórias de lutas, a problematização do discurso colonial, as tradições culturais e religiosas afro e os dramas contemporâneos vividos por essa comunidade. No campo autoria, a “Literatura é discursividade e a cor da pele será importante enquanto *tradução textual* de uma história própria ou coletiva. A literatura afro-brasileira exprime “uma visão de mundo própria e distinta da do branco, a superação da cópia de modelos europeus e à assimilação cultural imposta como única vi da expressão”, utilizando linguagens que rompem com as privilegiadas formas de fala e escrever advinda da cultura branca, para corresponder as “[...] expectativas do leitor, combatendo o preconceito e inibindo a discriminação sem cair no simplismo muitas vezes maniqueístas do panfleto” (ASSIS, 2020).

entender o outro como diferente, porque se tratando de natureza humana e assimilação cultural cada indivíduo possui particularidades (Spivak, 2010). A questão, então, refere-se às diferenças asseguradas por estereótipos naturalizados que colocam o ser não branco no espaço de inferioridade generalizada. Dessa forma, o racismo é uma ideologia que organiza as relações sociais e que se fundamenta na intimidação, desvalorização e rejeição ao ser negro e a cultura que o constitui. Refere-se ao conjunto de crenças e práticas sistêmicas, as quais punem e retiram do negro e da negra o caráter sujeito e o poder de falar de si mesmo em diversificados espaços de poder. Almeida (2019) aponta três dimensões do racismo estrutural no seu livro *Racismo Estrutural*:

- 1) Economia: onde a desigualdade é demarcada pela discriminação racial e de gênero. Pessoas negras, principalmente do sexo feminino, com qualificações melhores ou superiores às pessoas brancas, em um mesmo cargo ganham em média salários inferiores. Outrossim, o fato da riqueza estar concentrada em um pequeno grupo majoritariamente branco, enquanto o outro grupo majoritariamente negro e maior vive na linha da pobreza. Na geografia, por exemplo, esses recortes socioeconômicos são bastante acentuados. Basta olhar com atenção para as favelas e os grandes centros urbanos. A desigualdade entre eles é abissal.
- 2) Político: entende-se o Estado como aquele que ordena as classes sociais através de contratos sociais e políticos e que não deixa de defender os interesses econômicos da elite. Seriam o Estado e outras instituições de poder os responsáveis por sancionar conflitos sociais através de leis, normas e parâmetros; mas que, antagonicamente, resguarda as desigualdades através dessa mesma aparelhagem política.
- 3) Subjetividade: refere-se a natureza psíquica do racismo. O racismo como uma patologia, uma síndrome comportamental que pode ser curada com conscientização.

Segundo Silvio Luiz Almeida (p. 25), a *concepção individualista* é a mais frágil e a mais usada para explicar pessoas racistas. Todavia:

[...] quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bens”. (ALMEIDA, 2019 p. 25)

2.1.2 A interseccionalidade

Carla Akotirene (2018), Patrícia Hill Collins (2019), Angela Davis (2016) trazem reflexões importantes acerca do cruzamento das categorias raça, gênero e classe para se pensar as opressões vivenciadas por mulheres negras. Segundo Akotirene (2018):

A interseccionalidade visa dar instrumentabilidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Ainda sobre essa questão Amanda de Jesus e Florentiza Souza afirmam:

O pensamento interseccional nos leva à compreensão de que a experiência das mulheres negras na literatura não se iguala a das mulheres brancas, se pensarmos em gênero, ou a dos homens negros, se pensarmos exclusivamente no marcado racial. No entanto, diante das dificuldades de inserção no mercado editorial, as escritoras negras têm desenvolvido e renovado as estratégias para sua produção e circulação literária. Com uma poesia oral marcada por elementos contra-hegemônicos e também afro-diaspóricos, jovens poetisas negras têm ocupado o poetry slam por todo o país e feito dele um espaço de subversão racial e de gênero (JESUS; SOUZA, 2019, p.3).

hooks (1995) ao apoiar-se na filosofia ecofeminista de Carolyn Merchant, nos convida a refletir a metáfora “o corpo da negra é natureza revelada”. Segundo a autora, as sociedades ocidentais, desde o princípio da escravidão dos povos de cor, equipararam o corpo da negra à “natureza animalística e primitiva” (HOOKS, 1995, p. 468). A ambivalência da natureza, enquanto algo que nutre, mas que destrói e traz fome, para a sociedade europeia, assemelhava-se a ambivalência da mulher negra: ora virgem ora bruxa. Na concepção ocidental, a bruxa “provocava tempestades causava doenças, destruía colheitas, obstruía as procriações e matava crianças” (HOOKS, 1995, p.469), portanto deveria ser controlada. Para a intelectual, as grandes mídias fortalecem a metáfora mulher negra/natureza quando nos personificaram como “[...] mais sexuais e aberrações primitivas descontroladas” (HOOKS, 1995, p. 469) e/ou como aquela que cuida e ampara a todos. Por isso, quase nunca é esperado que nós nos tornemos intelectuais, isto é, “[...] alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas [...]” (HOOKS, 1995, p.468).

Patricia Hill Collins (2019), norte-americana negra, traz o pensamento interseccional para refletir que as imagens que recaem sobre a mulher preta são “imagens de controle”, pois estão interiorizadas nas relações de poder e, portanto, estrategicamente compilam quem somos,

como somos tratadas e que espaços podemos ocupar. A intelectual ainda reitera, precisamos reconhecer a negatividade dessas imagens e renunciá-las em nossos comportamentos, para assim “[...] reivindicar e desenvolver identidade feminista negra [...]” (COLLINS, 2019). Tendo em vista que somos a base da pirâmide social e, portanto, estamos abaixo dos grupos “homens negros”, “mulheres brancas”, “homens brancos” e “pessoas ricas”, reverter essa lógica hierárquica requer de nós muito empoderamento e vontade de transgredir.

As contribuições de intelectuais do feminismo negro objetivam emancipar-nos do conhecimento episteme-eurocêntrico, é fundamental para que entendamos as particularidades da poesia slam de autoria negra feminina e como tal gênero movimenta as noções de autoria, estética, veículo de publicização e ensino da literatura.

3 BREVE HISTÓRIA DO GÊNERO SLAM NO BRASIL

O Slam, gênero que surge em Chicago na década de 1980, através de Marc Smith, chega ao Brasil por intermédio de uma mulher negra, Roberta Estrela D'alva e do coletivo Núcleo Bartolomeu de Depoimento, no ano de 2008.

Com efeito, O Slam, batalha de poetas, cresce nos espaços periféricos e toma as ruas brasileiras de modo a se tornar conhecido. Em uma entrevista feita pela Revista Cult, em março de 2021, Estrela D'alva afirma que “O estabelecimento do slam nas ruas colaborou para a sua rápida proliferação por aqui, já que para que o evento aconteça não há necessidade de nada, além de um pequeno grupo de pessoas para dizer e escutar poesia”. Uma das características do Slam é o espaço de veiculação da arte/poesia, pois ele abraça as ruas onde pessoas variadas, com culturas e formas de pensar heterogêneas, centralizam-se, convidando, assim, a diversidade para o centro do diálogo poético nas modalidades ouvinte e poetisa/poeta. Não que não seja possível publicar em livros a poesia Slam, mas a essência de tal produção se dá na democratização ampla de ideias. E as ruas são, portanto, o espaço mais adequado para esse feito.

No contexto batalha de poesia slam, a produção de mulheres negras confronta a epistemologia colonial. Ao ocupar as ruas para contar em versos suas experiências de vida, isto é, as suas lutas cotidianas contra o racismo e o sexismo; as slammers negras, como afirma a professora Florentina Souza, refazem a identidade coletiva da diáspora, pois são elas as “versões da história negra transmitida de boca em boca” (JESUS; SOUZA, 2017.2, p. 25) que coletivizam através da cultura, da estética e da linguagem “[...] especificidades das mulheres negras, pela tentativa de inserção na vida política, cultural e literária do país [...]” (JESUS; SOUZA, 2017.2, p. 26). A poética, nesse sentido, carrega diferentes saberes, escutando e ecoando anseios de diferentes contextos marginais. Ao discorrer sobre a importância do Slam de autoria feminina, Jesus e Souza evidenciam:

A arte literária é lugar/território de insubmissão de gênero, resistência e reexistência, no qual se insere o poetry slam, movimento cultural que nasceu em um bairro da classe trabalhadora de Chicago e chegou ao Brasil nos anos 2000, através da poeta Roberta Estrela D'Alva. Trata-se de uma batalha de poesias, uma competição lúdica entre poetas que se relaciona com a cultura hip-hop, na qual a literatura é produzida e difundida a partir do corpo. Destaca-se pela promoção da visibilidade dos sujeitos subalternizados e pela forma descentralizadora de produção de conhecimento, com um júri popular dando característica ao saber dos sujeitos, bem como pelo formato público do evento, priorizando a inclusão. Com seu fazer poético de estética e formato contra-hegemônico, o poetry slam se insere como canal de democratização de

literatura, bem como de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e a outras estruturas de opressão a partir das vozes de mulheres negras (JESUS; SOUZA, 2019, p.7).

O que ocorre no slam não é somente uma identificação discursiva, mas uma ligação ancestral do corpo. São mulheres negras representadas por força e por empoderamento, que mostram para as suas irmãs que a arte da palavra é um meio de representar a si mesma, de reivindicar os seus direitos, de confrontar os papéis de gêneros estabelecidos pela colonização e pelo patriarcado e de propor novas formas de compreender o mundo em que vivemos. Por conta da presença do “corpo poético” nas batalhas, ocorre uma relação muito estreita entre autor e público, ao ponto que se aflora o desejo de convidar a outras a também participar disso ora para descolonizar pensamentos, ora para somar a causa. O trabalho expressivo do corpo é recíproco àquilo que ideologicamente e politicamente está sendo dito pelas slammers. Nesse sentido, performatizar significa apropriar-se do corpo, da palavra e do contexto discursivo para disseminar significados/representações. Segundo Souza:

Um dos temas frequentes na textualidade em foco é a descrição e também a relação com o corpo. A cor da pele e os sentidos que adquire através dos tempos têm sido tematizados por uma série de poetas negras enfatizando as suas várias possibilidades de representação. Seja para explicar marcos históricos como os quilombos, seja como expressão de orgulho de pertencimento, seja para exaltar os links com países africanos. O fato é que cabelo, cor de pele, elasticidade e performatividade dos corpos negros têm gerado conotações diversas para os lugares ocupados pelos negros na diáspora (SOUZA, 2017, p. 28).

Há uma apropriação do corpo e da palavra pela slammer. Quando as artistas negras, que trazem temáticas antirracistas e antissexistas nas suas produções, produzem a poesias slam, elas já passaram ou está passando por um processo de ressignificação de si e do próprio corpo. Os moldes racistas e machistas são em alguma intensidade perceptíveis e questionadas por elas. É desse processo de mudança de pensamento que nasce a necessidade de “corpo presente”. A voz é ecoada e o corpo garante que nada do que foi dito se perca.

Desde que chegou no Brasil a Poesia slam tem sido reconhecida como umas das importantes ferramentas de disseminação de uma literatura com intenção política e muitas vezes direcionada a luta contra o racismo e sexismo, ampliando essas discussões para o campo literário, que ainda é bastante homogêneo. Dentro desse espaço de luta que muitas mulheres negras conseguem interpretar-se e se libertar, mesmo que ainda vivenciando desigualdades e violências cotidianas. Vale reforçar que o slam é um lugar plural onde diversas histórias atravessam-se. No entanto, o trabalho se atem apenas as “escrevivências” de slammers negras.

3.1 A TRADICIONALIDADE DO CAMPO LITERÁRIO VS. POESIA SLAM

No que condiz ao campo literário, a batalha de poesia slam representa a insurgência, pois é um espaço poético que destoa do que comumente pensa-se de literatura. Primeiro, porque, geralmente os slammers não têm o perfil do típico autor, que ressoa no imaginário brasileiro. De acordo com Delcastagné, ao refletir sobre os estereótipos relacionados a autoria na literatura brasileira (2016?, p. 14):

A imagem não combina, simplesmente porque não é esse o retrato que estamos acostumados a ver, não é esse o retrato que muitos defensores da Língua e da Literatura (tudo com L maiúsculo, é claro) querem ver. Afinal, nos dizem eles, essas pessoas tem pouco educação formal, pouco domínio da língua portuguesa, pouca experiência de leitura, pouco tempo para se dedicar à escrita (DELCASTAGNÉ, 2016?, p.14)

Os slammers são pessoas “comuns”: estudantes, cozinheiras, mecânicos, artistas de rua, professores/as, desempregados que reivindicam a literatura para ecoar seus dramas e saberes. De longe o formalismo linguístico interessa para esses artistas. O objetivo é apropriar-se das variantes sociais e regionais do português brasileiro como meio de expressão.

Os poetas das ruas são aqueles que experienciam o contexto marginal. São eles o outro lado da história. Referem-se a uma comunidade de saber que historicamente luta contra o apagamento das suas vivências em diversos campos. São vozes das quais confrontam o racismo também convencionalizado por grande parte da literatura branca hegemônica ou pela literatura que nega o protagonismo negro no construto do intelecto brasileiro. Os slammers, sobretudo as slammers, foco deste trabalho, são protagonistas das suas histórias. Eles são protagonistas das suas narrativas.

Muitos desses artistas nunca frequentaram a academia, não publicaram livro, nunca foram avaliados pela crítica literária, mas reivindicam para si o status de autores, disputando espaços, estabelecendo um embate “[...] que se evidencia, especialmente, pela necessidade de se contrapor a representações já fixadas na tradição literária e, ao mesmo tempo, de reafirmar a legitimidade de suas próprias construções” (DELCASTAGNÉ, 2016?, p. 15). Nesse sentido, as batalhas de slam aqui analisadas trazem a ideia de reafirmação da identidade negra na produção literária brasileira, pois, comumente, as poéticas dessas artistas trazem uma carga muito evidente de experiências afro-brasileiras. As lutas, os ideais, a inteligência, a política, os valores e a estética negras são presentes nessas performances. Daí que surgem o estranhamento e a

desconformidade de quem entende a literatura como um campo invariável e específico para pessoas privilegiadas.

Infelizmente, a maioria das intelectuais negras não conseguem sobreviver unicamente do exercício da sua arte. Geralmente, essas mulheres produzem conhecimento em meio a outros trabalhos, muito embora cansadas. Isso porque, enquanto o campo literário não se adequar as novas vozes insurgentes, fica difícil valorizar a intelectualidade dessas mulheres. Mesmo enfrentando barreiras, elas acreditam tanto nas suas produções que conseguem estabelecer essa relação autor-obra-público através das batalhas ou, até mesmo, conquistando espaços para publicação de antologias em editoras, atraindo para si um público considerável. São os casos de Mel Duarte, Roberta Estrela D'Alva, Laura Conceição, NegaFya, dentre outras vozes determinantes para ampliação de vozes femininas negras no campo literário brasileiro. Assim, afirmo:

A poesia slam de autoria negra refere-se a busca por tudo que foi apagado ou minimizado pela escravidão. No slam, o apelo da alma desafiada pelas violências sociais é ouvido, mais do que isso, é aprendido e refletido por variadas pessoas. As vozes e os corpos dos trovadores contemporâneos expressam o amargor das experiências externas as quais ferem a alma, mas também podem expressar o que a enriquece como, por exemplo, amor, carinho, paixão, alegria, sabedoria [...] (MOTA, 2021, p. 6).

3.2 O SLAM COMO DISPUTA DE ESPAÇOS: A RESISTÊNCIA FEMININA NEGRA

Em primeiro lugar, o slam é uma arte dialógica, pois ela precede de uma união intercontinental de tradições, de diferentes povos que objetivavam manter a cultura viva e vivenciar o saber por meio da poesia oral. Os griots, os antigos contadores de histórias da África ocidental, utilizavam a oralidade, adereços, brincadeiras e danças típicas para transmitir democraticamente o conhecimento para os mais novos. Hoje é perceptível muitas dessas características em gêneros artísticos populares brasileiros como o slam, o rap, o cordel, a desembolada e o samba chula.

No entanto, há evidências de que o costume de contar histórias em rimas através da oralidade origina-se também da cultura trovadoresca. Na Grécia antiga, os trovadores provençais eram os responsáveis por movimentar na sociedade da época, principalmente entre os analfabetos, os costumes, os valores e crenças em poesias cantadas. Geralmente, tais poesias tinham as seguintes temáticas: sofrimento amoroso feminino; heroísmo masculino e críticas sarcásticas à representantes da época. Afirma Duarte (2019):

A poesia falada nada mais é do que uma herança cultural, uma memória deixada em nossos genes por que nos antecedeu. A oralidade era utilizada como forma de manter os costumes e crenças vivos, desde a Grécia Antiga, passando pelos trovadores provençais e os *griots*, e desde então vem sendo inserida em diversos movimentos como beatnik, o dos direitos civis e a afirmação negra norte-americana, chegando aos poetas de rua, aos saraus e, hoje, aos slams (DUARTE, 2019, p.9).

Não obstante, os/as slammers trazem fortemente à oralidade com uma roupagem própria para representar nuances da mulher e do homem contemporâneo. Nessa categoria poética, as temáticas, os assuntos que podem ser tratados são livres. No entanto as regras para participar de uma batalha de slam são bem definidas: a) são necessários 3 (três) poemas de autoria própria; b) estes poemas serão recitados em voz alta e incorporadas em 3 (três) rodadas eliminatórias; c) não é permitido acompanhamento musical, figurinos nem uso de adereços; d) o público, aquele que escuta e experiencia as poesias, que devem classificar o vencedor de cada rodada. Ao inculcar na poesia o exercício da voz, do corpo e da liberdade, amplia-se ou pluraliza-se as possibilidades de discursar sobre temáticas e público leitor, permitindo, por exemplo, que mulheres negras se apropriem também do espaço literário para ecoar suas escrevivências, isto é, dizer da sua maneira, seja em linguagem oral ou escrita, sobre sua realidade e visão de mundo, objetivando combater as violências que as impem de viver e, até mesmo, de dizer algo ao seu respeito.

4 BNCC VS. LEIS 10.639/03 E 11.645/08

A naturalização do racismo e sexismo também decorre das políticas educacionais brasileiras. Para ilustrar, no principal documento que rege a educação brasileira a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A primeira versão no ano de 2014, a partir de uma proposta de padronizar e melhorar o ensino-aprendizagem escolar, passou por algumas reformas durante o governo Temer, traz superficialmente as temáticas raça e gênero: ela dá atenção às culturas e expressões populares, no entanto não discute conjunturas e hierarquias sociais. É difícil pensar na eficácia de políticas empenhadas em combater as desigualdades, mas que estão distantes de análises profundas das relações de classe, raça e gênero.

Na BNCC, a área de Linguagem e Suas Tecnologias integra as linguagens artísticas, incluindo a literatura, não como campos de conhecimentos, mas como possíveis habilidades, requisitos nem sempre pautados no empoderamento político e crítico. Com essa lógica, de acordo com o professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, de artes cênicas, dança e teatro e doutor em Artes Visuais pela Unicamp, Marcos Bessa (2020), a BNCC destitui a necessidade de se contratar profissionais específicos de cada componente específico, exigindo dos professores especializados em outras áreas afins a polivalência, já que não é necessário conhecer a fundo a linguagem, mas sim compreender apenas técnicas. Então, ao se apoiar nessa diretriz a escola pode não optar em ter professores especializados em literatura e pode também dispor essa área de conhecimento para espaços itinerantes dos ensinos, como a de Língua Portuguesa. Para Bessa (2020), a estratégica é puramente econômica, uma vez que a contratação de profissionais de arte e de literatura não se fazem necessárias e, portanto, a formação deles também não. Uma política educacional tendencialmente disposta a acabar com os cursos e especializações de artes e literatura e que incentiva a prática tecnicista de ensino de literatura. O professor Marcos Antônio evidencia que a Base Nacional Comum Curricular é “uma política de centralização curricular”. Segundo o professor, nós não temos estrutura escolar adequada em muitas partes do país, mas a BNCC visa a homogeneização do ensino em um contexto muito desigual.

André Cechinel, através do artigo “Semiformação literária: a instrumentalização da literatura na nova BNCC” afirma que “mesmo em nome de uma educação supostamente crítica, a BNCC precariza a potência de fato formativa do texto literário e daquilo que não tem uma aplicabilidade imediata” (CECHINEL, 2019).

Se as nossas diretrizes educacionais não dialogam com transparência as desigualdades, isso mostra que estamos distantes de uma escola que reflita sobre as diferenças. Para além disso, mostra que os nossos estudantes não estão inseridos em um sistema educacional igualitário. Geralmente, fica a cargo dos docentes e outros profissionais da educação, os quais sabem da natureza excludente dessas normas, promover abordagens avessas, isto é, transgressoras, para que as dissemelhanças não se tornem tão abissais.

Já que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) objetivam promover igualdade no processo de ensino-aprendizagem, não deveriam também exigir dos profissionais da educação práticas pedagógicas antirracistas e antissexistas? Além disso, não seria importante capacitá-los para que o combate às violências possa ser um trabalho coletivo, não de um ou dois profissionais? Devido à dimensão e complexidade do racismo, torna-se necessária a aceção de todos e todas na luta. Visto isso, o combate ao racismo e sexismo é coletivo.

Apesar de a BNCC ser um parâmetro que rege atualmente a educação brasileira, ele não pode ser o único norteador das práticas de ensino-aprendizagem democrático. Primeiro, porque, apesar de muitas figuras do campo educacional e dos movimentos negros terem dado contribuições acerca da elaboração da base, pouco ou quase nada dessas contribuições foram acatadas. Além do mais, muito do que se é discutido na base é fomentado por interesses do mercado produtivo. Há, portanto, na BNCC o propósito de formar cidadãos para o exercício das demandas da produção em grande quantidade.

No processo de formação da BNCC, a tão sonhada educação antirracista e inclusiva foram tratadas em segundo plano. No que critica Fernando Cássio, doutor em ciência pela USP e professor de políticas educacionais da UFABC, em um debate sobre a BNCC, artes e educação antirracista promovido pelo grupo de pesquisa e extensão África nas Artes:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma política de centralização curricular. Ela não é currículo [...]. A BNCC foi vendida no discurso político (e aí foi uma política educacional gestada em dois governos: no governo Lula e Dilma e no governo Temer). Havia um certo discurso de que a base era uma certa política, um documento, que garante o direito de aprender no Brasil. Primeiro, é uma noção que eu contesto, pois do ponto de vista formal não existe direito de aprender. O que eu tenho identificado é que o Estado brasileiro tem o dever de garantir o direito a educação – está na constituição. Então, essa ideia de direito a aprendizagem é um deslocamento político do direito a educação. A educação é um projeto coletivo, que envolve políticas públicas, direito social e a coletividade. E há a ideia de aprendizagem como mobilizada dentro desses discursos, como uma ideia individual relacionada a processos solitários e mensuráveis para avaliações [...]. Portanto, a base tem essa noção centralizadora: ela visa normatizar e homogeneizar currículos e aprendizagens, porque ela está relacionada aos processos de produção em larga escala, porque eles (os processos) são também padronizados. Então a Base Nacional Comum Curricular não está sozinha. Ela é uma política, além de centralizada, também central, no sentido de que da base derivam várias políticas educacionais: políticas de

avaliação, políticas de formação docente, políticas de gestão escolar por resultado, políticas de livros didáticos [...], a reforma do ensino médio [...]. A outra coisa que está nesse debate público pouco mais antigo sobre a base é que o processo de produção da base foi um processo participativo, democrático, amplo. Que também eu contesto. Empiricamente, a gente consegue observar aqueles movimentos de consulta pública, de seminários regionais e tudo mais. Tudo aquilo tem uma série de defeitos formais. Conseguimos ver que aqueles eventos, momentos de participação, de trabalho coletivo e de escuta social não têm impacto no documento – os impactos pífios – ou que de fato existam documentos de secretários de educação e do MEC que dizem que o resultado dessas consultas foi desprezado no processo de elaboração do documento (CÁSSIO, 2020).

As pessoas que vivenciam o drama das escolas públicas, aquelas/es que sabem das necessidades presentes na educação básica, tais como professores/as e alunos/as, foram pouco ouvidas no processo de elaboração da BNCC. Por consequência, o documento é problemático e incompleto. A BNCC dá muita ênfase às literaturas portuguesas, enquanto as literaturas afro-brasileiras são discutidas despreziosamente.

Nesse processo formal de formação de sujeitos, muitos aspectos importantes para o crescimento humano são deixados de lado, justamente por não serem reconhecidas pela base. Não cabe dentro dessa natureza constitutiva educacional a valorização das criatividade, das identidades, das lutas políticas, do engajamento, do incentivo ao pensamento crítico e do pluralismo cultural enquanto práticas efetivas.

Desse modo, confere-se um abismo político entre a BNCC e as Leis 10.639/2003 e 11.645/08. Enquanto a primeira foi financiada por grandes empresas nacionais, interessadas em avançar empresarialmente, tais como Fundação Itaú, Natura, Instituto Unibanco, Fundação Lemann, as duas últimas surgem de diversas lutas do movimento negro contra as discriminações. Por isso, quando se pensa em currículos e educação antirracistas, Leis 10.639/2003 e 11.645/08 têm maior abrangência e coerência, pois elas impõem políticas para o ensino-aprendizagem sensíveis acerca das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Dado a natureza das leis 10.639/2003 e 11.645/08, levando em consideração que 54% da população brasileira é negra e que tanto negros quanto indígenas são vítimas de opressões políticas, econômicas e raciais – é fundamental implantar nas escolas públicas políticas as quais prezem, sem parcialidades, pela valorização da história, cultura e identidade destes povos.

Nesse período pandêmico, tornou-se importante o uso de ferramentas digitais para educar – algo que já está visivelmente destacado pela BNCC. No entanto, nem todas as escolas públicas nem todos/as alunos/as e professores/as têm à disposição instrumentos como internet, computadores, entre outros. Diante desse contexto, a educação foi inviabilizada para muitas

peessoas, principalmente para as que vivem em situação de vulnerabilidade, aumentando infelizmente as desigualdades sociais no campo da educação. As experiências desse período mostram-nos o quanto a base é insatisfatória e o quanto ela requer muito mais do que as condições reais da educação brasileira podem dar.

Diante do exposto, o estado brasileiro tem o dever de garantir a educação para todos/as. Desta maneira, o processo de aprendizagem não é um processo individual, ele depende do envolvimento das políticas públicas e dos direitos sociais (CASSIO, 2020). Assim, o governo precisa criar mecanismo e estruturas para que o acesso à educação seja efetivamente um direito de todos. Tendo em vista que não temos escolas suficientes, não temos escolas bem estruturadas e os profissionais da educação recebem salários baixos; estamos longe de gozar plenamente deste direito.

4.1 A POESIA SLAM E A LEI 10639/03

Sempre existiu a necessidade de letramentos que estivessem de acordo com a realidade sociocultural e racial brasileira. Apesar de ser uma demanda ancestral, a institucionalização da educação libertadora e antirracista se fortalece no Brasil no século XXI, primeiramente com Paulo Freire, secundamente com o movimento negro e a conquistada Lei 10.639/03 e as mudanças na Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB). Para Freire (1921-1997), o docente, o/a responsável por forma seres humanos, não pode omitir a si mesmo para aderir praticas tecnicistas de ensinar e aprender. Ensinar requer dele o comportamento “ético-democrático do respeito aos pensamento, aos gostos, aos receios, aos desejos, à curiosidade dos educandos” (FREIRE, 2001, p. 22).

De acordo com a Lei 10.639/03, é obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino fundamental e médio:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003, Art. 26).

No que preza a lei, conhecer a história e a cultura dos povos negros, os quais contribuíram para o desenvolvimento da nação, entender o protagonismo afro e a importância cultural e identitária africana são fundamentais para quebrar o ciclo de violências contra pessoas

não brancas e construir uma identidade nacional multicultural. A lei também desencadeou mudanças na LDB, que passou a exigir nos currículos oficiais escolar o estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Apesar de ser obrigatório conhecer a história do povo negro brasileiro, há ainda uma recusa em adaptar as práticas de ensino para as demandadas anteriormente citadas. Primeiro, porque as pessoas ainda acreditam na “democracia racial” – da não existência de diferenças pela cor da pele, mesmo sabendo que, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% da população brasileira é negra, e são eles e elas os que mais sofrem violências físicas, psicológicas e econômicas. Não admitindo a desigualdade, fica fácil optar por não falar da história e da importância do povo negro. Como não há punição para quem não segue à risca as exigências da Lei 10.639/03, as escolas e seus colaboradores não se sentem responsáveis pela ocultação dessa aprendizagem.

Por outro lado, percebe-se que a escola tem sofrido mudanças graduais, graças a institucionalização da educação democrática racial. Para exemplificar essa questão, trago um relato pessoal: sou bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Letras- Língua Portuguesa da Unilab, Campus dos Malês, e dou oficinas de Poesia Slam em escolas públicas. Ao observar o cotidiano de algumas escolas públicas de Candeias e São Francisco do Conde, Bahia, pude perceber que algumas instituições públicas de ensino e professores estão colocando em prática a valorização dos sujeitos negros, respeitando as vivências e cultura das/os alunas/os e mostrando que a história do Brasil tem outras perspectivas, para além dos já legitimados conhecimentos brancos.

O Programa de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa do Governo Federal que visa aproximar do espaço escolar o público de graduandos dos cursos de licenciatura das universidades públicas. O vínculo entre universidade, professores em formação e escola, o qual o programa proporciona, é fundamental para sanar algumas problemáticas na educação brasileira como, por exemplo, práticas hegemônicas, pois ele tem bases sensíveis, ou seja, ele presa pelo ensino de cunho humano e libertador. Sendo bolsista do PIBID, o graduando potencializa suas bases pedagógicas, melhora suas práticas de ensino e se afirma como sujeito comprometido em formar pessoas para lidar com o mundo. No caso do subprojeto PIBID Letras – Língua Portuguesa da UNILAB, Campus dos Malês, os norteadores das práticas de ensino são teses de intelectuais antirracistas e antissexistas, a exemplo, Paulo Freire, Chimamanda Adichie, bell hooks, Itamar Vieira Junior, dentre outros.

Ao dar oficinas de poesia slam de autoria feminina negra para estudantes de escola pública, estou valendo-me do que defende as leis anteriormente citadas, mas também estou assegurada pela necessidade de dialogar o racismo e machismo no ambiente escolar. Como dito anteriormente, ainda existem escolas e representantes educacionais que acreditam no mito da democracia racial. Isso pode atrapalhar muito professores que estão empenhados em educação para a liberdade. Então, quando estou em espaços educacionais controversos ao meu propósito pedagógico-político-ideológico, resta-me apenas seguir a transgressão, isto é, a *capoeira pedagógica*: encontrar brechas institucionais e não institucionais para falar da nossa história no contexto educativo.

Eduardo de Assis Duarte chama de capoeira literária o modo como Machado de Assis, homem negro, escritor brasileiro, arquitetava sabiamente suas produções literárias em uma linguagem disfarçada e satírica para denunciar os dramas vividos por grupos marginalizados do século XIX. Assim, afirma Assis (2021):

O projeto literário machadiano, exposto no “Instinto de nacionalidade” (1873) e materializado em tantos escritos, comporta a argúcia com que trata, na condição de sujeito periférico, o poder e o risco inerentes à palavra impressa, numa sociedade patriarca e escravista como a do Brasil do século XIX. O escritor cumpre a condição de “homem do seu tempo e do seu país”, mesmo quando parece tratar de assuntos os mais longínquos. Nesse tendo jogo entre o dado local ou nacional e as muitas referências universalizantes, revela-se a gíngua verbal do capoeirista, sempre pronto ao disfarce e ao engodo. (ASSIS, 2021)

Trazendo o conceito de *capoeira pedagógica*, tentei fazer uma analogia entre o que considero uma tentativa de subversão aos contextos opressores de ensino-aprendizagem e a genialidade machadiana em criticar a realidade da época usando meios convencionais linguísticos para performatizar suas causas. A BNCC assim como outras diretrizes monopolizadoras, não bem se enquadra aos propósitos da poesia slam. Visto que elas têm relevância e mérito, no sentido de que existem países que nem se quer possuem regulamentações educacionais próximas à esta. Para utilizá-la como pano de fundo das oficinas de poesia slam, devemos autonomamente enquadrá-las a propósito mais democrático e conjuntá-las à realidade e necessidade dos estudantes, assim como Machado de Assis fez a literatura branca da época.

Mas onde encontrar essas brechas? As escolas tendem a falar da história e cultura negra no dia 20 de novembro. Todavia nada nos impede de trazer esses diálogos para os diversos conteúdos, para a escolha das referências bibliográficas, para as reflexões das vivências dos alunos e para a produção de atividades. A *capoeira pedagógica* significa se valer das

possibilidades de atuação educacional para gerar mudanças no âmbito do conhecimento, no âmbito político e ideológico. Não necessariamente, refere-se a fugir dos currículos ou das demandas escolares, significa mesclar os saberes hegemônicos aos não hegemônicos de forma incisiva.

5 O SLAM NA MINHA PRÁTICA DOCENTE

Trabalhar a Poesia Slam na sala de aula não é uma tarefa fácil. Isso porque tal trabalho exige da/o professora/o um olhar mais pragmático e diversificado do modo de produção e vivência das artes literárias contemporâneas de autoria negra feminina.

O ensino de literatura, especificamente de poesia, está ainda pautado nas movimentações artísticas ao longo da história. Claro que é importante observar os aspectos sociais e políticos-ideológicos que ocasionaram mudança no modo de produzir e ver arte. Mas para transformar sujeitos em leitores somente o olhar historiográfico não basta. A grande missão dos professores de literatura é fazer com que os seus alunos se apaixonem por poesia/literatura e percebam o quanto ela é importante para os processos sociais. Para tanto, uma pergunta tem que ser feita como ponto de partida: como ensinar poesia/literatura?

Não há uma fórmula mágica nem fadas que nos amadrinhem com essa capacidade de ensinar arte literária. Há aqueles que, por motivos natos, conseguem se sobressair sem muito esforço. Outros, no entanto, precisam de um empurrãozinho, uma motivação para se aventurar na literatura. E, no caso das/os literatas/os negras/os, na maioria das vezes, são as experiências conflituosas e as inconformidades que os levam a produzir poesia. Partindo desse ponto de vista, as oficinas de Poesia Slam objetiva levar os discentes a uma séria reflexão das suas experiências enquanto sujeitos negro, indígena ou branco, mulher ou homem, hetero ou não hetero para só depois produzir, escrever o necessário e performatizar a escrita. Sendo assim, nas oficinas, cada um descobre o modo só seu de escrever literatura, sem pressão e subjugação, motivados pelas experiências subjetivas.

5.1 UM BREVE RELATO DAS MINHAS EXPERIÊNCIAS COM O SLAM EM ESCOLA PÚBLICA, ENQUANTO DOCENTE DE LITERATURA E LÍNGUA PORTUGUESA

Grande parte dos estudantes estranha quando eu digo que o assunto da aula é Poesia Slam, ou quando leem em uma postagem “Oficina de Poesia Slam”. O motivo para o estranhamento é o termo ‘Slam’, pouquíssimos alunos ouviram falar sobre ou tiveram a oportunidade de vivenciá-lo. Há também quem associe o termo ao movimento islâmico, confundindo-se ainda mais.

O estranhamento provoca o desejo de conhecer e conseqüentemente permite melhor incorporar e dinamizar o tema. Por outro lado, a estranheza deve-se ao fato de que o movimento

artístico não é vivenciado pelos discentes em nenhuma das etapas do ensino formal. O Slam é arte a qual ecoa das periferias (área de refúgio para pessoas em situação de vulnerabilidade). Ela está repleta de imagens que demarcam identidade, jeito, cultura, linguagem e corpo de um povo que vem sendo por séculos desfavorecidos. Por possuir tais características, sobre ela recai a negação do potencial cultural, construtivo e intelectual. Parte daí o receio de inseri-la na dinâmica escolar.

Vivenciar Oficinas de Poesia Slam em escola pública significa legitimar a cultura popular, a cultura das ruas, como um conhecimento válido e, mais do que isso, é fazer dessa cultura ferramenta de combate aos males que afligem as camadas mais desfavorecidas, as mesmas que frequentam a escola pública. Tal arte aguça um sentimento que por tempo vem sido retraído nos estudantes de escola pública pelo ensino tradicional: reconhecer-se como agente criativo e revolucionário do conhecimento.

Os discentes desejam, antes de tudo, ser aceitos. Isso significa que suas realidades devem ser abraçadas e incorporadas na escola. O ensino ainda tradicional, que muitas vezes silencia os gritos dos nossos antepassados, os quais forçosamente usaram da inteligência para construir o que hoje chamamos de nação brasileira, deve ser confrontado para integrar múltiplas realidades. Visto isso, o trabalho com a literatura afro e feminina promove para uma formação antirracista e ampliação epistêmica do saber, rompendo com a disparidade da educação brasileira.

O slam levado às escolas através de oficinas, etc, pode promover as reflexões etnográficas: abraçar o meio, a cultura, as condições econômicas onde os alunos estão inseridos. Tal como refletir sobre os encarceros que rodeiam e impedem o avanço da vida acadêmica dos discentes periféricos, desarmar a cultura do autosilenciamento e democratizar o estudo das linguagens brasileiras.

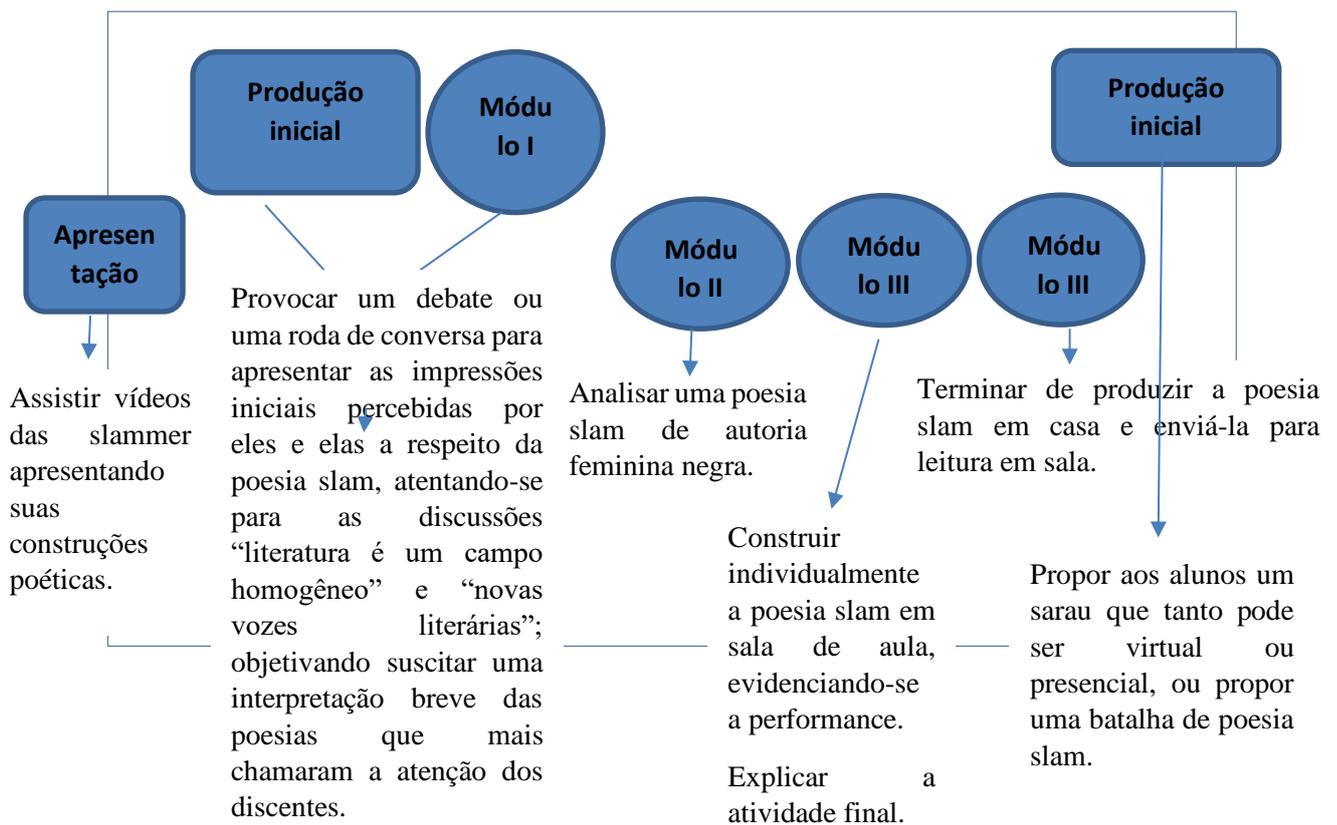
Por fim, a oficina é um momento livre onde todos/as podem expressar suas opiniões e suas sensibilidades estéticas. Cada um reconhecerá aquilo que melhor se enquadra nas suas vivências e terá a liberdade de parafrasear tal conhecimento em forma de poesia. É verdade que a poesia slam rompe com o que comumente reconhece-se por literatura e intelectualidade: está aí a abertura para (re)significar ambos os conceitos e, ao mesmo tempo integrar os estudantes nesses espaços. Chimmanda Ngozi Adichie, em entrevista do Roda Viva, em 2021, disse que não há melhor forma de trabalhar o conhecimento senão pelas narrativas. Vivenciar a poesia slam em sala de aula para melhorar não apenas a competência leitora dos discentes, como também através da literatura enfrentar o sexismo e o racismo estruturais.

5.2 COMO ENSINAR POESIA SLAM NA SALA DE AULA?

Nesse trabalho, defendo a importância de ensinar a Poesia Slam de autoria negra em escolas públicas. Proponho uma sequência didática para dialogar tal temática na sala de aula. Visto que nenhuma sequência didática encerra-se em si e é oclusa às mudanças, o educador é livre para adequá-la às necessidades de sua escola.

A proposta de conteúdo pode ser associada aos estudos literários contemporâneos, aos estudos de gêneros textuais, aos estudos de direitos humanos, aos estudos da cultura e história brasileira. Será o professor o responsável por decidir caminhos para vivenciar o Slam em sala de aula.

Esta é uma sequência didática, modelo Dolz, Noverraz e Schneuwly, modalidade ensino a distância e presencial, temática “Literatura Afro-brasileira e Poesia Slam”, durabilidade de 4 aulas.



5.3 ANÁLISE DA POESIA SLAM “RAP É POEMA TAMBÉM”, DE LAURA CONCEIÇÃO

Analisar a poesia slam no espaço da escrita, ocultando o corpo que fala e o público que interage – os elementos que junto ao verbo constrói sentidos – é compartimentalizar a semiose da produção e omitir a troca que os leitores desse texto oral agregam. A ausência do corpo compromete o nosso entendimento, uma vez que esconde informações importantes. Os braços que se cruzam, o dedo que aponta, a postura, as expressões faciais, a dança do corpo no espaço, o contato com os olhos, a mudança do tom da voz, entre tantas outras ações não verbais e extralinguísticas, que mudam a forma como percebemos a palavra, são abnegados quando olhamos apenas o que está escrito. Sendo o Slam um dos gêneros de resistência, vejo por necessário demonstrar como a poesia de rua prepara os sujeitos para a lidar com o mundo e amplia as habilidades de leitura e compreensão textual. Admito, portanto, que o slam trazido no espaço da escrita perde força. Assim, ao agregar escritas de slammer em uma antologia poética, Duarte (2019) afirma na apresentação do livro:

Este livro tem como intenção trazer à tona o poder da poesia falada pela ótica das mulheres que sempre estiveram presentes na história apesar de pouco divulgadas. Aqui estão quinze representantes das cinco regiões do Brasil: representando o Norte temos Anna Suav e Bor Blue; o Centro-Oeste, Danielle Almeida e Meimei Bastos; o Nordeste, Bell Puã e Negafya; o Sudeste, Laura Conceição, Letícia Brito, Luiza Romão, Luz Ribeiro, Dall Farra, Maria Feliz, Roberta Estrela D’Alva, Ryane Leão; e o Sul, Cristal Rocha. Com suas palavras e presença dentro dos slams, essas mulheres mudaram o conceito de poesia, tirando-a do pedestal hegemônico pelo qual sempre nos foi apresentada e provando que a escrita e a fala de uma mulher pode mudar padrões sociais e servir de ferramenta para a construção de uma nova dialética (DUARTE, 2019, p. 9).

Vale ressaltar que a construção de sentido do texto depende da interação entre autor, texto literário, leitor, o gênero, os recursos estilísticos e as questões sócio-históricas, contextuais nas quais a obra se insere. Para interpretar literaturas de autoria negra é preciso ter em vista o conceito de literatura afro-brasileira. São relevantes também as concepções *escreviência* e a ideia de resistência já difundida ao longo de décadas por publicações como a antologia do Caderno Negro. Segundo Assis (2021):

A série vem mantendo, desde 1978, uma produção marcada predominantemente pelo protesto contra o racismo, tanto na prosa quanto na poesia, na linha da tradição militante vinculada ao movimento negro, como demonstra Florentina da Silva Souza (2005). E, ao lado dessa perspectiva, sobressai o tema do negro, enquanto individualidade e coletividade, inserção social e memória cultural. E, também, a busca de um público afrodescendente, a partir da formalização de uma linguagem que denuncia o estereótipo como agente discursivo da discriminação. (ASSIS, 2021)

Apesar de a poesia slam ser oral e algumas serem muito ritmadas, semelhantes a embolada, rap e o cordel (outras manifestações artísticas populares orais), não há como confundi-las, pois o slam tem as seguintes configurações, como mencionado anteriormente:

- a) São três rodadas de batalha com durabilidade de cerca de 3 (três) minutos cada;
- b) As batalhas ocorrem em espaços públicos;
- c) Os slammers não podem usar adereços nem acompanhamento musical;
- d) O júri popular que avalia a performance.

A poesia *Rap É Poema Também*, produzida por Laura Conceição, mulher negra, mineira, slammer e rapper, foi apresentada no final do Slam BR 2017, via Youtube. O eu lírico apresenta relatos e eventos individuais e coletivos em uma linguagem oral e popular, avaliando e julgando esses eventos de modo bastante comunitário, democrático e anti-hegemônico:

Rap é poema também

As minas vão tomar de assalto	Meu escritório não é na praia	É que também Hoje em dia o presidente
Não subo no salto alto Canto o meu o partido alto	Eu sou Laura Conceição Eu digo mais	é golpista Igreja capitalista Governo é fascista
Faço como me convém Odeio facebook	Quero passar Represento Minas Gerais	Querem comprar seu amém
Minha vida levo a muque Do batente pro batuque Repente é poema também	Poemas armas não letais Hoje ninguém me cala mais	Houve um manifesto Disso tudo eu sou o inverso
Engraçadinho veio falar da minha saia	É malandragem Rap é pandeiro é piano	Meu protesto é fazer verso
Do meu tomara que caia Eu achei foi muito paia	Eu não vim pra passar pano	Rap é poema também
Machistas não passarão Não sou da sua laia	Se for pra tombar eu tombo	Eu moro no sudeste Vivo longe do agreste
Sigo o calendário Maia	Ando pra frente não pra trás	Mas respeito o Nordeste E as mulheres que lá tem Que são abusadas

Exploradas maltratadas
 Iludidas escravizadas
 Cordel é poema também

Duvidaram de mim
 Pondo o dedo na minha
 cara
 Então fiz essa embolada
 Minha rima é rima rara
 E Eu não sou uma
 qualquer
 Defendo feminismo
 Eu luto contra o
 machismo

Então reflita sobre isso
 Ao desafiar mulher

Tenho sangue de Frida
 Kahlo

E por isso não me calo
 Então não pisa no meu
 calo

Pois eu não vou me calar
 Descendo de guerreira
 Minha Vó corta lenha
 Se vier de lenga lenga
 Uso Maria da Penha
 Eu vou te denunciar

Mas na moral
 Sossega o facho
 Minha cabeça não abaixo
 Sou dona do meu trabalho

Não vou com policial
 Não uso lek
 Eles usam cassetetes
 Pra dar duras nos muleke
 Tratado como animal
 É só desafeto
 Não posso abortar o feto
 Te afeta meu afeto
 Homofóbicos passa mal

Tempo contado
 Se eu for contar errado
 Que acontece aqui do lado
 Isso jamais terá final

Mas veja bem
 Preconceito é uma praga
 Liberdade Rafael Braga
 O povo ninguém apaga
 Ninguém anda muito bem
 Então é punição
 Para o aliciador
 Pra boyzinho estuprador
 Pro deputado cheirador
 Repente é poema também

Mais o que que tem?
 Mais o que que tem?
 Disseram que eu só canto

RAP
 RAP é poema também

Mais o que que tem?

Mais o que que tem?
 Disseram que eu só canto
 RAP
 RAP é poema também

Então é isso mesmo
 Nesse deixar que eu deixo
 Minas é de cair o queixo
 Eu tenho orgulho de falar
 Minha vó em casa
 Deve estar rezando o
 terço
 Lembrarei Dela com
 apreço
 Minas não é só pão com
 queijo
 Então respeite o meu
 lugar

O que que tem? Oque que
 tem?
 Disseram que eu canto rap
 RAP é poema também

Diz que que tem? Diz que
 que tem?

Disseram que eu canto rap
 RAP é poema também

Esse é meu esquema
 Isso pra mim não é
 problema
 Meu negócio é poema

E Rap é poema também	Rap é poema também	RAP é poema também
Mais que que tem? Mas	Mais que que tem? Mas	Cordel é poema também
Que que tem?	Que que tem?	Repente é poema também
Disseram que só canto	Disseram que só canto	Mas RAP é poema també
RAP	RAP	

Faz-se necessário citar o texto *Rap é poema também* na sua integralidade, porque entende-se que para essa discussão/proposta de interpretação isso é importante.

Esbanjando aliterações e metáforas, o eu lírico, que se afirmar enquanto Laura Conceição (“Eu sou Laura Conceição”), critica, logo no título da poesia, a natureza excludente da palavra “poema”. Visto que o conceito é tratado ainda de modo unilateral, nega-se o caráter “poema” nas produções poéticas populares com o rap, o slam, o repente, a embolada e o cordel. A poesia nos incita a pensar na necessidade de ressignificar os olhares para a poesia e literatura. O eu lírico questiona o que é e o que não é literário, trazendo para a reflexão o RAP, que durante muito tempo foi marginalizado. A repetição dos versos “Cordel é poema também”, “Repente é poema também” e “RAP é poema também”, além dos movimentos corporais e a entonação (aspectos não observados na interpretação do texto escrito), enfatizam a inconformidade do eu-lírico à unilateralidade dos conceitos anteriormente citados.

A poesia é entendida pela autora como um mecanismo de luta. O fato da slammer dialogar democraticamente com a sociedade para ocasionar mudanças políticas, sociais, econômicas e ideológicas vai de contra a organização do Estado para sancionar os problemas sociais. A polícia brasileira, corpórea de poder militar, ao longo da nossa história, vem ceifados vidas negras e inocentes, dizendo estar promovendo a paz e justiça nas periferias. Contrariamente, a poesia de rua tem potencializado mentes para questionar a desigualdade, denunciando o genocídio e combatendo as opressões (“Poema armas não letais”), ademais quebrando a lógica do silenciamento.

A voz e corpo poéticos descreve a ousadia das minas (expressão popularmente usada para conceituar mulher/menina, mas que também pode significar o próprio estado de Minas Gerais) como inesperada (“tomar de assalto”) e se desfaz de alguns princípios de feminilidade como o uso do salto alto (“não subo no salto alto”) e o comportamento acanhado tanto é também questionado para demonstrar a potencialidade e força feminina (“Minha vida levo a muque”).

Nos versos, destaca-se a crítica as lideranças políticas ultranacionalistas e autoritárias que através de um discurso “cristão” estabelecem uma relação de barganha com seus eleitores mal conscientizados (“Hoje em dia o presidente é golpista/ Igreja capitalista/ Governo é fascista/ Querem comprar seu amém”). Sendo o slam poesia de protesto, também estabelece contramedidas a esses sistemas fraudulentos que trata o povo brasileiro de massa de manobra (“Disso tudo eu sou o inverso / Meu protesto é fazer verso”).

Mesmo sendo detentora do seu corpo, a mulher, sobretudo a negra, não tem autonomia para usar qualquer tipo de roupa sem ser atacadas e/ou assediada por homens. Inclusive a roupa curta tem sido alegada pela lógica machistas como um convite ao estupro. A percepção social da vestimenta feminina demonstra que a sociedade tanto busca controlar o corpo feminino através da moda quanto punir as mulheres pelas violências que as perseguem (“Engraçadinho veio falar da minha saia/ Do meu tomara que caia/ Eu achei foi muito paia/ Machistas não passarão”).

Dentro dessa estrutura social heteronormativa ocorre a reprovação da homoafetividade. As pessoas olham de forma depravada para o relacionamento homoafetivo, entendendo-o como uma ação pervertida, isolando-o das razões sentimentais tão importantes para o relacionamento interpessoal. Essa situação de intolerância também é criticada pela slammer: “Te afeta meu afeto/ Homofóbicos passa mal” (CONCEIÇÃO, 2017).

No meado de 2017, uma aeronave de Perella, ex-deputado mineiro, foi interceptada em uma fazenda do Espírito Santo com 450 quilos de cocaína. Dentre os cinco envolvidos nessa ação criminosa encontra-se o senador mineiro Aécio Neves (PSDB). Até hoje o processo corre e os envolvidos não foram incriminados. A reivindicação por justiça dentro dos sistema judiciário também faz-se temática na poesia: “Então é punição/ Para o aliciador/ Pra boyzinho estuprador/ Pro deputado cheirador” (CONCEIÇÃO, 2017).

Nesse poema, Laura Conceição traz o cotidiano de mulheres pretas inseridas em uma estrutura social racista e machista, colocando-se também no lugar de vítima de tais violências. Dispondo-se como voz em prol das causas feministas brasileiras, mesmo sendo mineira, ela denuncia o nordeste como uma das regiões do Brasil com casos graves de crimes contra a mulher. E ao escolher as expressões “é malandragem, sossega o facho, na moral, cheirador, lengalenga, o que que tem?”, além das fugas da concordância verbal e nominal, Conceição representa e valoriza as variações do português brasileiro pertencentes ao coletivo com o qual ela se identifica. Ao fazer isso, ela transforma o espaço poético em um lugar onde as vivências são conhecimento, os dramas vividos por grupos marginalizados são estética, para mais, reclama o direito de poetizar e literatizar nas linguagens não normatizadas.

A autora traz também à tona um tema muito importante no qual consiste o embate entre as lutas femininas e as políticas de estado: a liberdade do corpo feminino. Até onde nós, mulheres, temos o controle dos nossos corpos? São as políticas de estados que definem, por exemplo, que ser mãe é uma condição de todas as mulheres, quando, na verdade, sabemos bem que nem todas conseguem desempenhar esse papel devido as diversas condições social, econômica, emocional e subjetiva. Se não há legalização do aborto, da não escolha de ser mãe em qualquer que seja as condições; então aquelas que se atrevem a interromper a gestação, de forma muito perigosas e em condições desumanas, colocam-se em risco; e as que não podem, são fadadas a uma vida indesejada, arriscando não somente as suas vidas. Para a slammer, o Estado que diz prezar pela vida da mulher, deve assegurar-la do direito de escolher onde seu corpo pode estar e ser.

Na contra mão disso, o homem brasileiro tem a liberdade de ser ou não ser pai. O Brasil ostenta um dos maiores índices de mãe solas. Segundo IBGE, censo de 2010, das 50 milhões de famílias registradas, 37,3% tinham a mulher como responsável, desse último número 38,7% tinham a mulher preta ou parda como responsável e, dos 37,3% o número de mulheres responsáveis, as sem cônjuge com filhos/as chega a 87,4%. E são as mulheres negras e as economicamente vulneráveis que mais sofrem o abandono do lar. Muitos dos/as filhos/as dessas mulheres vivenciam o desamparo legal (não têm o nome dos seus progenitores em seus documentos), o desamparo afetivo (não usufruem do afeto de seus pais), o desamparo econômico (filhos que não recebem nenhum tipo de pensão) e o desamparo educacional (filhos que não recebem apoio de seus pais para que possam permanecer na escola). Se o homem tem a liberdade de não se comprometer com o papel de pai, são as mulheres, até as que não desejam ser mãe, as forçadas pelo Estado a cumprir tal missão.

Uma outra questão que chama atenção nessa poesia: o caso Rafael Braga, jovem, negro, pobre, catador de latinha e morador da Vila Cruzeiro. Rafael, assim como tantos outros jovens da periferia, sofre o racismo institucional. Ele foi condenado no contexto das manifestações de 2013 – mesmo sem ter participado delas – por portar pinho sol e água sanitária.

O que aconteceu com Rafael Braga representa a verdadeira face da justiça brasileira operante em sentenciar os corpos negros. Não há provas contundentes de que Braga estava cometendo o tráfico de drogas, assim como não há provas que o mesmo é vendedor de drogas. Ele foi sentenciado porque é negro e pobre, e isso basta para que os agentes legais definam-no como o bandido, como o traficante, desclassificando-o dos respaldos jurídico, apagando-o da sua real história de vida e do seu caráter humano. Pessoas de grupos étnicos sofrem desvantagens ao acessar à justiça brasileira, pois eles/elas estão precocemente enquadradas na

estereotipada “face do crime”. A maneira como a polícia chega nas periferias, como ela acusa os pais e mães de famílias negros/as são reflexo desse racismo entranhado nas diversas estruturas, em destaque a judicial.

Além disso, o que chama bastante atenção nesse texto é o lugar de fala da autora/eu-lírico. Uma vez que o eu-lírico define-se Laura Conceição, faz questão de apresentar o seu lugar de origem: Minas Gerais. A crítica de Laura Conceição vai ao encontro desta ideia: apesar do estado ter uma rica cultura e história, uma geografia exuberante, uma culinária boa, diversos pontos turísticos e um povo extremamente belo, o que ronda o imaginário social brasileiro a respeito de Minas Gerais é o pão de queijo. O sujeito poético enfatiza a necessidade de se conhecer a história e os enfrentamentos do povo mineiro, mas, sobretudo, conhecer a sua produção artística, principalmente no que diz respeito ao Slam.

Ao opor-se aos conceitos tradicionais de poema e literatura, ao criticar as violências contra mulher, a prisão do corpo feminino, o racismo institucional vivido por Rafael Braga e o modo clichê que a sociedade enxerga Minas Gerais; Laura Conceição traz para o Slam como um caráter político, como uma arte que representa a realidade social das margens. Dessa maneira, na Poesia Slam a voz e o corpo geram significados. O Slam visa democraticamente despertar o pensamento crítico, despertando através da literatura pessoas para a lidar com as questões sócio-políticas reais, na busca por um bem-estar coletivo.

6 CONCLUSÃO

No primeiro capítulo denominado de “As barreiras sócias vs. Embates femininos”, discute-se a estruturação e institucionalização das violências racismo e machismo, bem como a desigualdade econômica ao longo da história do Brasil para compreender, em um contexto mais amplo, as violências que atravessam o corpo feminino negro e que se refletem na literatura produzida por essa pessoa, resgatando o protagonismo feminino negro nas lutas de classe dentro e fora da literatura, destacando a poesia slam como um seguimento artístico importante para essa luta. Demonstrou-se que muito ainda precisa ser feito para que a poesia slam de autoria feminina negra seja integrada na dinâmica social. E tais mudanças precisam partir primeiramente desse campo público. Existe a necessidade de se criar mais políticas de respeito, integralização e humanização do povo negro. Reconhecer socialmente as contribuições africanas é importante para que a literatura negra seja amplamente relevante no Brasil e, assim, a poesia slam tenha o reconhecimento tão esperado pelas artistas.

Já o segundo capítulo “Breve história do gênero slam no Brasil” é um resgate histórico das primeiras movimentações desse gênero no país, apresentando a Poesia Slam feminina negra como um espaço de encontro de mentes negras. Mulheres jovens e adultas unem-se para dialogar os seus dramas, em uma linguagem só sua, incorporando a suas vozes e rezando os seus mantras antirracista e antissexista. Poesias que vêm da alma e do corpo machucado. Versos que reverberam-se nas manas e manos que ali estão assistindo e que, certamente, levarão a mensagem para casa, quando não optam por ser a própria mensagem-poesia.

A força ancestral de manter os seus através da oralidade. Como um afeto de vó, na batalha de poesia, as poetas passam o pirão/palavra para a boca das próximas. Muito bem alimentadas e prontas para enfrentar os seus dramas: assim seguem aquelas que um dia decidiram estar ali. Portanto, essas mulheres estão nesse movimento antagônico, somente, porque acreditam na luta, na importância de estar contestando.

Portanto, o Slam é uma pedagogia alternativa, um movimento de aprender e ensinar organizado pela massa. Com isso, ele questiona a ciência hegemônica e os métodos ainda colônias de ensino, os quais tratam os seres humanos como omissos ao saber e a escola/academia como o único espaço de saber. Sendo a escola ainda reprodutora do racismo, machismo e sexismo, não consegue atender as demandas epistemológica da atualidade, tornando-se retrógrada e cruel. Daí a importância de levar tal arte para o campo educacional.

O terceiro capítulo, “BNCC vs. Leis 10.639/03 e 11.645/08”, critica-se a natureza monopolizadora e excludente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), concluindo que ela não dialoga com a profundidade do slam. Dito isto, a oficina de poesia slam fundamenta-se nas diretrizes educacionais paulofreirianas, antirracista e antissexistas muito bem acertadas pelo patrono da educação, Paulo Freire e o movimento feminista negro das amélicas, além de se apoiar nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 decorrente das lutas negras e negros; quando não opta por ressignificar a BNCC, fazendo a *capoeira pedagógica*.

O movimento poético slam também transgrede os conceitos literatura. Trata-se de uma construção feminina e negra, onde a oralidade e o corpo são construtores de semioses. Onde o meio de publicização são as ruas. E são as pessoas a legitimarem as poesias! Onde se é permitido a infusão de gêneros discursivos e de manifestos.

Onde todos/as são convocados a dizer do seu jeito, com sua variante linguística. Onde se comemora a união e o poder da palavra. O Slam sempre foi um espaço de (re)existência. Uma alternativa para reconhecer as pedagógicas dos grupos marginalizados e desconstruir estereótipos, propondo jeitos de ser e existir.

São mulheres das quais apresentam filosofias de luta e de confronto as intolerâncias. As negras, cis, lésbicas, trans, bissexual, e as/os não binárias, as assalariadas, universitárias, as das periferias, macumbeiras... unidas, renunciando o silenciamento dos seus corpos e histórias. Dialogam com a comunidade o afeto, as suas verdades e durezas, já que os processos são também duros e amorosos. Fusão de gritos, choros, mãos que apontam, silêncio, danças e a plateia que acompanha a ciranda poética. Roberta Estrela D’alva só trouxe o slam para cá porque congregou do poder revolucionário desse movimento. Slam sempre foi resistência e luta!

O capítulo quatro chamado de “O slam na minha pratica docente”. Afirmo enquanto docente de língua portuguesa e literatura que não existe um único meio de se trabalhar poesia slam de autoria negra feminina na sala de aula, mas inúmeras formas de experienciar esse saber. Aqui, nesse trabalho, trouxe uma sequência didática que melhor se adequou a realidade de uma escola periférica de São Francisco do Conde, Ba. Mas o mais importante nessa escolha política-pedagógica é entender que não é possível se aconchegar no slam sem um rompimento dos meios conservadores que legitimam a literatura e o saber. Portanto, nesse contexto, o professor precisa ter um olhar mais avançado no que diz respeito ao fazer literário, mirando-se para a análise acolhedora das obras antagônicas de autores e autoras insurgentes.

Outrossim, mais do que se valer das grandes diretrizes educacionais, é perceber as demandas que a comunidade escolar anseia. A escola pública, muita das vezes localizada em bairros fragilizados pela ausência de políticas públicas igualitárias, precisa elaborar estratégias para que seus atendentes tornem-se capazes de mudar as suas realidade através não só da educação, como também do empoderamento político. Para tanto, ela precisa se apoiar em elementos teóricos e educacionais que, de alguma maneira, se distanciem dos aparatos de monopolização das práticas de ensino, da doutrinação dos corpos e da unilateralidade do conhecimento. É da natureza do slam de autoria negra feminina esse propósito de mudança por meio do empoderamento das mentes. Vale ressaltar que a lei 10.639/08, nascida das lutas do movimento negro brasileiro, também confirma a urgência de salvaguarda essa memória afro-brasileira para endossar as mudanças.

Os entraves que impedem a poesia slam de autoria negra feminina estar na escola são muitos. Eles iniciam-se com a escravidão e de quando nós, mulheres negras, passamos a configura o lado subvertido da história do Brasil. Inseridas nessa sociedade paternalista, tudo que conhecemos e todo o nosso talento são desmerecidos. Somente nados contra a corrente da intolerância nos permitem zarpar dessa cadeia opressora. Quanto mais escrevemos, incorporamos e oralizamos poéticas feministas negras, conseguimos quebrar a centralidade branca e heterossexual na literatura e na escola. A escola só precisa se transformar, seja por estratégia governamental, seja por um estratégia comunitária, nesse espaço de ouvir, ler e sentir a poesia slam feminina negra.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Roda Viva Chimamanda Ngozi Adichie, 2021**. Disponível em: <https://youtu.be/pxe92zWOotE> . Acessado em: 08 de ago. de 2021.
- AKOTIRENE, Carla. **Cruzando o atlântico em memória da interseccionalidade**. In: AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, SILVIO. **Raça e racismo**. In: ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiAi6uJ25v1AhWalZUCHdgZCB0QFnoECAGQAw&url=http%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil_03%2Fleis%2F2003%2F110.639.htm&usg=AOvVaw01z8PdGjXFnEst9N-IMOB. Acessado em: 05 de mar. de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Médio - Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiZ_5HG2pv1AhXBqZUCHfbPBsAQFnoECAMQAO&url=http%3A%2F%2Fbasenacionalcomum.mec.gov.br%2Fimages%2Fhistorico%2FBNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf&usg=AOvVaw1hLpFbmg1_grnvFc-CYwis. Acessado em: 05 de jan. de 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **Patricia Hill Collins explica Pensamento Feminista negro, 2019**. Disponível em: <https://youtu.be/XVdbyhuAJEs>. Acessado em: 07 de jun. de 2021.
- CECHINEL, André. **Semiformação literária: a instrumentalização da literatura na nova BNCC**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/df1c/a42f24455c69a2ca28711d3ac5e936163bd0.pdf>. Acessado em: 6 de jan. de 2022.
- CONCEIÇÃO, Laura. **Islam BR 2017 – Final Laura Conceição 01**. Disponível em: <https://youtu.be/YCmktAXSqNU> . Acessado em 5 de dez. de 2021.
- D’ALVA, Roberta Estrela. **Entrevista com Roberta Estrela D’alva**. Revista CULT - UOL. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/roberta-estrela-dalva-slam-cultura-inglesa-festival/> . Acessado em: 15 de set. de 2019.
- DA CRUZ, Ana Cristina Juvenal; CÁSSIO, Fernando; BESSA, OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Perspectivas críticas sobre a BNCC: artes e educação antirracista**. Disponível em: https://youtu.be/xXspgzr1_gA . Acessado em 10 de março de 2021.
- DAVIS, Angela Y. Mulher, Raça e Classe. Cap. 1 – 6. Desta edição Boitempo, 2016. Angela Y. Davis, 1981.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>. Acessado em: 10 de mar. de 2019.

DUARTE, Mel. **Apresentação: Rompendo o silêncio através da poesia falada.** In: *Querem nos calar: Poemas para serem lidos em voz alta.* São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Prefácio.** In: DUARTE, Mel. *Querem nos calar: Poemas para serem lidos em voz alta.* São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo – “A escrevivencia serve também para as pessoas pensarem”.** Entrevista concedida à Tayrine Santana e à Alecsandra Zapparoli. ItaúSocial. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem> . Acessado em: 14 de jan. de 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil: história do Brasil cobre um período de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias.** Disponível em: [https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf). Acessado em: 20 jan. 2019.

FEDERIC, Silva. **Eles chamam isso de amor, e nós, de trabalhos não remunerados.** Disponível em: <https://youtu.be/bFSI4nEB6jI>. Acessado em: 23 de jun. de 2021.

FRAGRA, Gleide. **A solidão da mulher negra.** TV Boitempo Editorial: 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra/>. Acessado em: 22 de jun. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e qualidade.** In: FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios.* 5. Ed – São Paulo: Cortez, 2001.

HOOKS, bell. **Intelectuais Negras.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509708/mod_resource/content/0/16465-50747-1-PB.PDF. Acessado em: 20 de jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>. Acessado em 05 de out. de 2021.

JESUS, Amanda Julieta e SOUZA, Florentina da Silva. **Poetas Negras Resistem: interseccionalidade e reexistência no poetry slam.** Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD4_SA31_ID1061_20082019173609.pdf . Acessado em: 04 de jan. de 2022.

JESUS, Amanda Julieta e SOUZA, Florentina da Silva.
KILOMBA, Grada. **Dizendo o indizível.** In. KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódio de racismo cotidiano.* Cobogó, 2019.
KILOMBA, Grada. **Quem pode falar?** In. KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódio de racismo cotidiano.* Cobogó, 2019.

MIRANDA, Fernanda R. **Silêncios prescritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MOTA, Natali Chaves. **No virar da chave, poesia slam presente!** O Ponto, o jornal do curso de letras da UNILAB – Males, São Francisco do Conde, Edição de abril de 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OHQj2hvLYJJAqXmoHvi786GmlpIcr4-z/view?usp=drivesdk>. Acessado em: 03 de maio de 2021.

NASCIMENTO, Luciene. **Poema sobre racismo**, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/hLnQZKgAOf8> . Acessado em: 10 de jan. 2021.

OLIVEIRA, Eduardo. **Epistemologia da Ancestralidade**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiTm-DXioX1AhULq5UCHT4TDLMQFnoECAMQAO&url=https%3A%2F%2Ffilosofia-africana.weebly.com%2Fuploads%2F1%2F3%2F2%2F1%2F13213792%2Feduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf&usq=AOvVaw2_ewMUBZGYq1tMj3bKqgJb. Acessado em 9 de out. de 2019.

OLIVEIRA, Maria Silvia. **Entenda o que é Racismo Estrutural! - Canal Preto**, 21 de fev. de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/lryL8ZAMq-E>. Acessado em: 05 de mar. de 2021.

PAULO, Paula Paiva. **Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violências na pandemia no Brasil, aponta pesquisa**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uma-em-cada-quatro-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-aponta-pesquisa/> . Acessado em: 23 de jun. de 2021.

PUÃ, Bell. **Era uma vez um Brasil conservador**. In: DUARTE, Mel. Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SOUZA, Florentina. **Mulheres escritoras negras**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/141317> . Acessado em: 11 de novembro de 2021.

SPIVK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** In: SPIVK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.